

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 321
13 de Março de 1980

Preço: 12\$50

SEMÁNARIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. — R. Soeiro Perelra Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 — Telex 18390

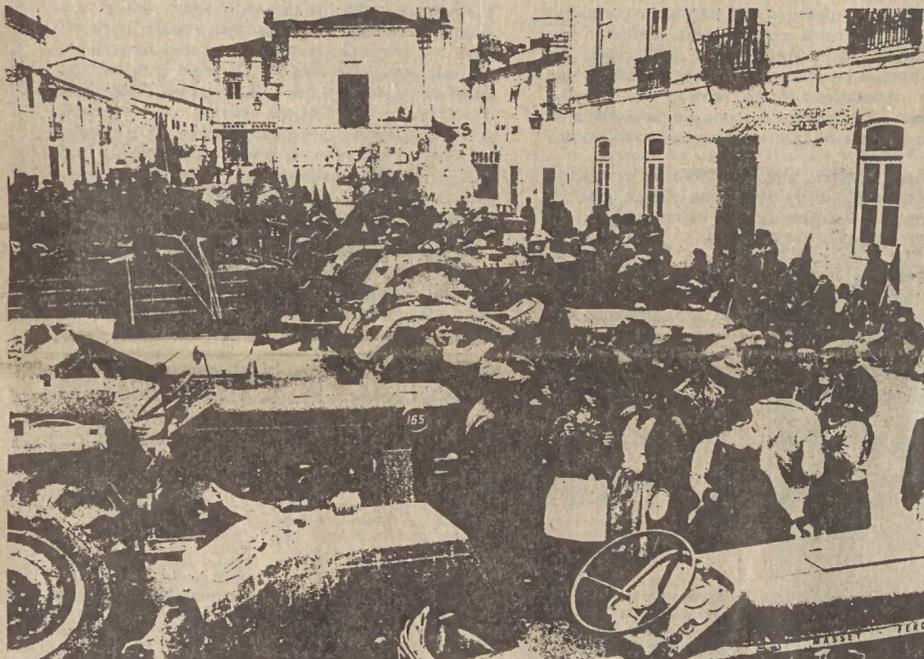
Composição e impressão — Heska Portuguesa

Distribuição — CDL, R. Pedro Nunes, — 1000 Lisboa

REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhadores exigem respeito pela lei e condições para trabalharem: o Governo desrespeita a lei e entrega a terra a quem sempre a teve... sem trabalhar!

Pág. 9



Capitalismo:

A política económica do Governo PPD/CDS não resolve, antes agrava males anteriores

Pág. 12



Pág. 5

25 DE ABRIL SEMPRE!

A Aliança Povo Unido divulgou o programa das comemorações que promoverá no próximo 25 de Abril



Fruto da unidade e da organização, reforçada na independência e na democracia, o III Congresso apontou o caminho da luta de massas para bater a política reaccionária do Governo e cumprir as promessas de Abril

UNIDADE

Acção, lutas e experiências de três anos consolidaram uma força imbatível, capaz de progredir e vencer e que constitui um baluarte de defesa das liberdades e da democracia

págs.centrais

Editorial

UNIDADE OPERÁRIA: UMA FORÇA DE ABRIL

Editorial

UNIDADE OPERÁRIA: UMA FORÇA DE ABRIL

A realização do III Congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - CGTP-Intersindical Nacional - que no domingo último encerrou os seus trabalhos, representa um marco assinalável no rico histórico de luta da classe operária portuguesa ao mesmo tempo que constitui um acontecimento de extraordinário relevo e projecção na conjuntura político-social actual.

Durante quatro dias, com elevado espírito unitário e profundo sentido das responsabilidades, mais de 1100 delegados em representação de 256 sindicatos - dos quais 67 não filiados, o que é particularmente revelador da ampla democraticidade do Congresso - agrupando cerca de 1 600 000 trabalhadores, debateram largamente problemas dos mais prementes e agudos da classe operária no momento actual.

No final foram aprovadas por uma maioria que foi quase unanimidade decisões de excepcional importância para a defesa dos interesses de classe e das reivindicações imediatas dos trabalhadores, para o reforço e alargamento do movimento sindical, da sua unidade e independência, para a mobilização activa da classe operária em defesa das suas conquistas fundamentais ameaçadas.

NATURALMENTE que ao destacamento de vanguarda dos trabalhadores do nosso País que é o Partido Comunista Português nada do que se prende com os interesses da classe operária portuguesa lhe é alheio.

Nenhum outro partido político português soube compreender correctamente e resolver de maneira consequente e justa a questão da dupla exigência que se coloca em relação aos sindicatos:

Por um lado, respeitar rigorosamente a independência e o carácter específico do movimento sindical como expressão organizada, ampla e não partidária do movimento operário português;

Por outro lado, pôr como tarefa essencial e obrigatória de cada trabalhador comunista a participação activa e dinâmica nos sindicatos como baluartes de luta contra a exploração capitalista e, nas condições da Revolução

portuguesa, de luta pela defesa das conquistas democráticas dos seus direitos, liberdades e garantias no momento actual ameaçadas pela política fascizante, antipopular e antidemocrática do Governo do PPD e do CDS.

O III Congresso da CGTP-IN realiza-se num momento particularmente agudo da ofensiva reaccionária contra os trabalhadores e contra as transformações democráticas da Revolução de Abril e no auge de potentes lutas de massas no plano nacional contra a política do Governo fascizante de Sá Carneiro, particularmente na zona da Reforma Agrária onde os heróicos trabalhadores do Alentejo e do Ribatejo suportam o peso de uma ofensiva ilegal e terrorista contra as suas conquistas, o seu direito ao trabalho, o pão para si e para os seus.

O apelo dos trabalhadores das UCP's levado ao Congresso da CGTP-IN comoveu profundamente todos os congressistas e será um importante factor de mobilização e dinamização para as grandiosas jornadas de luta de 25, 26 e 27 em defesa da mais significativa conquista da Revolução de Abril - a Reforma Agrária.

DUAS realidades essenciais ressaltam desde já da realização e dos resultados do III Congresso da CGTP.

A primeira refere-se ao enquadramento político global que os delegados de mais de milhão e meio de trabalhadores concederam às decisões que tomaram, às perspectivas de luta que apontaram: o respeito pelo quadro institucional da República Portuguesa, o respeito pela legalidade democrática e pela ordem constitucional.

Esta orientação ganha uma força muito particular, uma significativa solidez, quanto a questão é mais vasta: não se trata apenas de respeitar mas de defender e fazer respeitar a Constituição e o regime. Exercendo activamente todas as liberdades e direitos consignados na ordem constitucional aprovada pelo Povo português, a classe operária e todos os trabalhadores não se limitam a exercer liberdades e direitos: tornam viva, actuante, existente, defendem na prática a Lei fundamental do País.

E defendem contra quem e contra quê?

Contra quê e contra quem têm os cidadãos portugueses que defender o regime democrático e a sua legalidade?

Paradoxalmente, contra o Governo. O Governo Sá Carneiro-Freitas do Amaral, que dia-a-dia mais se assume como a ponta de lança de um projecto subversivo de destruição sistemática do regime e da legalidade, através da alteração ilegal do quadro constitucional e da violação pela prática quotidiana dos ditames constitucionais, das determinações das leis, das sentenças dos tribunais. Através do recurso à violência, seja pela mobilização de forças militarizadas, seja pelo apoio a bandos armados que pretendem impor uma ordem reaccionária e ilegal através do roubo, do espancamento e da ameaça.

As decisões tomadas no passado fim-de-semana pela Central unitária dos trabalhadores portugueses vieram confirmar esta verdade dia-a-dia mais meridiana: no Portugal de 1980 é o povo, são os trabalhadores que defendem a legalidade e a Constituição, são as forças da direita e o próprio Governo do País que sistematicamente as ignoram e violam.

A segunda realidade que transparece da realização deste III Congresso é a do reforço do poderoso movimento sindical unitário, reforço que se manifesta não apenas no alargamento da adesão de novos sindicatos à CGTP, não apenas nas vitórias alcançadas sistematicamente pelas listas unitárias em estruturas sindicais e em comissões de trabalhadores e outros organismos eleitos, mas muito especialmente no reforço do trabalho unitário, na defesa e consolidação da unidade da classe operária e das suas organizações de classe.

Nunca será demais sublinhar o grandioso significado histórico da luta da classe operária portuguesa na defesa da sua unidade, da unidade das suas estruturas de classe.

O movimento sindical português tem uma experiência riquíssima que funda raízes bem longe no passado, seja no campo directo da luta activa pela defesa dos interesses dos trabalhadores, seja na luta ideológica para a definição de perspectivas e direcções correctas de organização e acção.

Desde 1974 que a CGTP/Intersindical Nacional tem sido um alvo primordial das ofensivas da direita e do capital. Os trabalhadores têm defrontado ao longo destes anos uma verdadeira coligação de forças com meios dificilmente imagináveis.

Dos cofres do imperialismo têm sido vertidos milhões para fomentar a divisão sindical; à excepção do PCP e de algumas outras forças políticas, todos os partidos portugueses, do PS até à extrema-direita fascista, se têm empenhado no esforço de divisão, no ataque à CGTP e à unidade dos trabalhadores; sucessivos governos têm utilizado o aparelho de Estado e muito especialmente o Ministério do Trabalho para dele fazerem um instrumento desta campanha e deste esforço; dezenas de órgãos de comunicação social definem o movimento sindical unitário como um inimigo e sobre ele despejam calúnias e provocações; das leis aos atentados à bomba, das campanhas de mistificação e calúnia às manobras intimidativas do patronato, dos esforços de estrangulamento financeiro às limitações à propáganda - tudo se tem tentado para quebrar a espinha (para utilizar as palavras de Maldonado Gonet quando ministro do Trabalho) à Central Sindical unitária. Em vão.

A firme determinação na defesa de Abril e o reforço da unidade sindical não surgiram no III Congresso da CGTP desgarradas da realidade bem viva da luta e da organização. As decisões e os factos que lhes deram corpo nos dois dias de trabalhos reflectem afinal a situação real das fábricas, dos campos, das empresas, das oficinas, dos escritórios onde a defesa de Abril se identifica com a defesa dos interesses dos trabalhadores, onde a unidade e a organização criam condições para sustentar a ofensiva subversiva, onde se identificam os interesses de classe dos trabalhadores dos campos e das cidades com a defesa dos superiores interesses da Pátria do 25 de Abril.

A consolidação da unidade e o alargamento da organização do poderoso movimento sindical unitário são um decisivo bastião na defesa da democracia portuguesa. O III Congresso da CGTP/Intersindical Nacional anunciou ao Povo português que os trabalhadores estão firmes e confiantes, que a democracia é possível, que a vitória é certa.

O governo que desrespeita constituições, leis e tribunais ameaça invocando a lei!

1. A nota emitida pelo Conselho de Ministros a pretexto da «situação social e política do Alentejo» constitui uma enorme mistificação e um acto de profunda hipocrisia política.

Na zona da Reforma Agrária é o governo Sá Carneiro quem, dia a dia, está deliberadamente violando a Constituição e a legalidade democrática e, ao mesmo tempo são os trabalhadores que exigem que a Constituição e a legalidade democrática sejam respeitadas.

Na ânsia de reconstituir os latifúndios e de lançar de novo sobre as terras do Alentejo

e Ribatejo o espectro da fome e do desemprego, o governo Sá Carneiro viola a Constituição e a própria lei Barreto com as suas medidas ilegais e arbitrarias, executa despachos revogados, desrespeita decisões do próprio Supremo Tribunal Administrativo.

Um governo que ilegalmente atribui reservas de 70 000 e 100 000 pontos a absentistas, que atribui a contitulares várias reservas e não apenas uma como permitia a lei Barreto, que atribui reservas a pseudo-rendeiros, que atribui reservas na base de

documentos falsificados, que não indemniza as UCP's e cooperativas pelas benéficas realizadas, que patrocina roubos de gados, máquinas, alfaias, searas, instalações e outros bens pertencentes aos trabalhadores - dá exemplos diários de violação sistemática da legalidade democrática.

Um governo que pratica inúmeros actos de brutalidade sobre os trabalhadores e suas famílias - como hoje mesmo aconteceu na Vidigueira, causando ferimentos em muitos trabalhadores -, que é conivente com bandos armados de agrários, que

provoca com a sua própria política a agudização de conflitos e confrontos, toma-se ele próprio o instigador e autor da violência na zona da Reforma Agrária.

O facto de o governo dispor de uma maioria parlamentar não lhe dá o direito de violar a seu bel-prazer a Constituição e as leis, de submergir o direito e a justiça na onda revoltante das suas violências e arbitrariedades.

2. A intenção agora anunciada pelo governo Sá Carneiro de recorrer crescentemente às forças de segurança e a pretensas apuramentos de

responsabilidades pela Polícia Judiciária representa uma intolerável forma de pressão e ameaça sobre os trabalhadores da Reforma Agrária que, no exercício dos seus direitos e liberdades constitucionais, defendem os seus interesses, o seu pão e seu trabalho, defendem a Reforma Agrária do saque impiedoso do Governo e fazem-no rigorosamente no quadro do regime e das instituições democráticas.

3. Na actual situação política, adquirir um indiscutível significado que no próprio dia em que insolentemente se recusa

a apresentar queixa à Polícia Judiciária contra os autores de graves calúnias contra membros de órgãos de soberania, o governo Sá Carneiro venha ameaçar recorrer à Polícia Judiciária para perseguir e incriminar trabalhadores que, no quadro das instituições pautam a sua luta pelo objectivo da defesa do regime democrático e dos interesses nacionais.

4. A nota emitida pelo governo Sá Carneiro não mudará a realidade profunda de que um número sempre crescente de cidadãos se dá conta com indignação de uma política destruidora, arbitrária

e ilegal contra a Reforma Agrária. Não impedirá que sectores cada vez mais amplos da opinião nacional levanten a voz em protesto contra os crimes do governo e em activa solidariedade com os trabalhadores rurais do Alentejo e Ribatejo. Não impedirá que por todo o país cresça a exigência democrática de que o governo Sá Carneiro, enquanto no exercício das suas funções, seja obrigado, como é o seu estrito dever, a cumprir com a Constituição e a respeitar a legalidade, as liberdades e direitos dos cidadãos, o regime democrático.

A nota emitida pelo governo Sá Carneiro é mais uma expressão da mentalidade e dos objectivos repressivos e totalitários que inspiram toda a sua actividade. Não intimidará os democratas portugueses. Dará ainda mais razão ao seu justo combate contra a o governo da reacção, em defesa da liberdade, da democracia e das conquistas do 25 de Abril.

Lisboa 10 de Março de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

As linhas com que se cose o assalto à informação

A aversão dos partidos da direita às regras democráticas com que tanto gostam de encher a boca, à mínima oportunidade vem ao de cima, revelando-se aquilo que é: uma característica intrínseca à própria identidade da aliança reaccionária. O que se vem passando com os Conselhos de Informação e respectivas presidências é disso um claro exemplo.

Quando, há três anos, os CIs foram pela primeira vez instalados, ficou acordado entre os quatro maiores partidos (PS, PPD, CDS e PCP) que a cada um deles

caberia a presidência de um dos quatro Conselhos (RTP, RDP, Imprensa e ANOP), divisão essa que, por consenso, se manterá até ao final da legislatura.

Aproveitando como pretexto a realização das eleições intercalares e os seus resultados, os partidos da direita pretendem agora impor as suas próprias exigências, que mais não são senão um aspecto da sua estratégia global de completo controlo da informação estatizada.

E assim, à margem de qualquer acordo ou de qualquer consenso

- isto, depois do PPD, ilegalmente, ter indicado para os CIs oito elementos, e não os sete a que tinha direito - exigem que o PPD presida ao CI da Imprensa... e o CDS presida ao da Imprensa...

Deve dizer-se que, pelo seu lado, os representantes do PCP nos CIs sempre se mostraram abertos, hoje como ontem, a uma solução global do problema das presidências, por consenso, não podendo no entanto aceitar soluções que, pretendendo aparecer como resultados de um acordo, mais não seriam que

a aceitação das imposições do PPD e do CDS.

Assim se revelam os conceitos democráticos da aliança reaccionária. Ao mesmo tempo que, através dos seus homens-de-mão, invadem as redacções, direcções e administrações dos órgãos de comunicação estatizados, os partidos da direita manobram no sentido de impedir o regular funcionamento dos CIs, cuja atribuição legal, e consagrada constitucionalmente, é precisamente defender o pluralismo e a independência desses órgãos.

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1999 Lisboa-CODEX. Tel. 785245.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECCÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1999 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Lusa, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779829/779825.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Sáclio, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372226.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 289338.

Casa de Venda: R. do Almada, 16-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.ª de Maio, 186, Pedreira - 5000 Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcanova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779829.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381057.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impressão na Heeka Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Fevereiro: 72 037



Avante!

Tabela de assinaturas
50 Números

	Via Normal	Via Aérea
Continente e Ilhas	625\$00	780\$00
Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Brasil	1000\$00	1400\$00
Espanha	650\$00	790\$00
Europa (Excepto Espanha)	1000\$00	1270\$00
Outros países	1000\$00	1750\$00



59 anos, um aniversário em luta

Cinquenta e nove anos de existência do Partido Comunista Português foram comemorados, por muitas organizações do PCP, de Norte a Sul do País. Em iniciativas de âmbito variado, os comunistas portugueses não quiseram deixar de assinalar a passagem de um aniversário do seu Partido e de o ligar às lutas que hoje ele trava. Cinquenta e nove anos de luta foram assim pretexto para recordar os passos históricos da classe operária e para lembrar a todos os objectivos pelos quais novas batalhas se travam.

Não foram, de resto, apenas os comunistas a assinalarem a data. Numerosos jornais o fizeram, o que dá bem a imagem da importância que o PCP foi adquirindo ao longo dos anos. A História do Partido Comunista Português está intimamente ligada à História dos últimos cinquenta e nove anos de Portugal, intimamente ligada não apenas à luta da classe operária pela sua libertação, como à História de todos os trabalhadores e democratas.

Como ontem era impossível falar da resistência ao fascismo sem falar do PCP, não pode hoje falar-se da defesa da democracia sem citar o PCP, sem pesar a influência na sociedade portuguesa que o Partido Comunista exerce, a força de atracção que o seu projecto exerce em cada vez mais amplas camadas da população que vêm na vida confirmarem-se as análises

políticas do Partido, que vêm confirmar-se na prática a justeza da sua orientação.

O aniversário comemorou-se num momento excepcionalmente rico em acontecimentos sociais e políticos do nosso país, no momento em que poderosas lutas se travam na defesa da Reforma Agrária, na defesa das liberdades, na defesa dos

direitos e regalias dos trabalhadores, contra um governo de direita que pretende não apenas atacar e destruir as conquistas dos trabalhadores mas pretende a ruptura institucional e prepara o golpe contra o regime democrático.

Em Centros de Trabalho, em colectividades, nas ruas, os comunistas portugueses comemoraram o 59.º

aniversário do Partido. Comícios, sessões, convívios, desde as terras da Reforma Agrária às cinturas industriais, nas cidades e nos campos, foi relembrada uma data de grande significado político, o nascimento de um partido que, longe de envelhecer, rejuvenesce em cada batalha. Sangue novo vem todos os dias reforçar as fileiras comunistas.

Num momento em que as massas se empenham mais firmemente na luta, em que novas jornadas de unidade se preparam e aproximam, em que mais dez mil membros se esperam venham reforçar os já numerosos militantes, a comemoração do aniversário do PCP constituiu em si mesma uma grande jornada de luta e de esclarecimento político.

Comícios e sessões em diversos pontos do país

Na passagem do 59.º aniversário do PCP realizaram-se em diversos pontos do País sessões e comícios comemorativos em que participaram dirigentes do Partido e que tiveram como nota saliente e comum o vivo entusiasmo de milhares de camaradas, amigos e simpatizantes do PCP, além de outros democratas, antifascistas e trabalhadores.

Assim aconteceu, por exemplo, em Santiago do Cacém, onde se deslocou o camarada Octávio Pato, em Almada e Alcochete do Sal, onde esteve o camarada Sérgio Vilarigues, ambos membros do Secretariado e da Comissão

Política do Comité Central, e no Algarve e em Évora, onde Dias Lourenço, da Comissão Política, participou em várias iniciativas.

Os 59 anos de acção e luta do PCP, a situação política actual e as tarefas dos comunistas e de todo o povo trabalhador foram os principais temas desenvolvidos por aqueles dirigentes do Partido.

Como diria o camarada Sérgio Vilarigues, em Almada, «os 59 anos de vida e de luta do PCP fundem-se num só bloco com a história da luta da classe operária e das massas trabalhadoras do nosso país, contra o capital, por melhores condições de vida e de trabalho, contra a ditadura fascista,

pela democracia, contra a opressão e a exploração coloniais, pela liberdade e a verdadeira independência nacional — pelo socialismo e comunismo.

Entretanto, hoje, a escassa semana de mais um aniversário da data libertadora do 25 de Abril, «os portugueses têm à frente do País um Governo de direita apoiado numa maioria escassa» e nos últimos dois meses «confirmaram-se as denúncias, as previsões e advertências do PCP: ruptura institucional, submissão ao imperialismo, demagogia e repressão», como sublinhou Dias Lourenço, em Évora, ao denunciar

uma política que é também de roubo e provocação, como está a acontecer na zona de intervenção da Reforma Agrária, onde, acrescentou o director do «Avante!», numa sessão em Lagos, ao contrário do que diz o Sr. Casqueiro, dos 16 mil hectares de terra roubados às UCP's e Cooperativas apenas 360 foram entregues a seareiros, sendo os restantes devolvidos aos latifundiários.

Abordando o mesmo tema, Octávio Pato diria em Santiago do Cacém que «já foram roubadas mais de 70 mil cabeças de gado, entre as quais 20 mil bovinos que devem valer cerca de um milhão de contos.

Noutra passagem da sua intervenção, o dirigente comunista afirmaria que «o Governo se esquece que em seis anos de Revolução o Povo Português adquiriu uma maturidade política que não lhe permitirá ser facilmente ludibriado e o movimento de massas atingiu uma unidade e pujança tais que tornar-se-á uma barreira intransponível à sua política reacçãoária, política que mais cedo ou mais tarde será profundamente modificada por uma política e um governo respeitadores da Constituição, da legalidade democrática e dos interesses nacionais».

“Desporto, Direito do Povo” Encontro de Quadros do distrito de Setúbal

Os comunistas do distrito de Setúbal empenhados no sector desportivo encontram-se no próximo sábado, na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), no Largo 5 de Outubro, na Cova da Piedade.

É a seguinte a ordem de trabalhos da reunião: 1. O movimento desportivo no distrito (actividades e infraestruturas); 2. Comissões Dinamizadoras e seu funcionamento (a nível de distrito e concelho); 3. Iniciativas previstas e em curso

(o desporto nas comemorações do 2 de Abril, 25 de Abril e 1.º Maio, o Festival Desportivo na Festa do «Avante!» e outras iniciativas nos concelhos); 4. Conclusões. O encontro inicia-se às 10 horas, estando previsto o seu encerramento por volta das 18. Além de quadros comunistas, estarão presentes convidados ligados à actividade desportiva, nomeadamente ao nível das colectividades e clubes, autarquias, empresas com clubes ou comissões desportivas e outras organizações.

Comunistas de Oeiras Plenário de organismos de direcção, no sábado

Os camaradas de Oeiras vão reunir-se no próximo sábado num plenário destinado aos organismos de direcção do Partido naquele concelho (Comissão do Concelho, Comissões da Freguesia, Secretariados de Células de empresas e Comissões Locais). Como principais pontos da ordem de trabalhos, o plenário debaterá a situação da organização do Partido no concelho, a sua estruturação

e funcionamento, além das questões relacionadas com a actividade a desenvolver pelos militantes comunistas neste ano de 1980.

Participará nos trabalhos da reunião o camarada Jerónimo de Castro, membro do Comité Central do Partido.

O plenário decorrerá nas instalações do CT de Algés, a partir das 15 horas, como revelou ao «Avante!» o Secretariado da Comissão Concelhia de Oeiras do PCP.

“Unir a juventude, defender Abril”

Lema do Festival da Primavera, a realizar na mais jovem cidade do país em 29 e 30 deste mês

Por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) do distrito de Lisboa, realiza-se no último fim-de-semana deste mês (dias 29 e 30), em Amadora, a mais jovem cidade do país, o Festival da Primavera, grande jornada de unidade e convívio da massa juvenil, que tem por lema «Unir a Juventude, Defender Abril».

Trata-se de uma iniciativa aberta a todos os jovens, estando neste momento a decorrer, com entusiasmo, a sua actividade preparatória em todos os concelhos do distrito de Lisboa, nomeadamente ao nível das manifestações desportivas integradas no programa do Festival.

Realizando-se neste ano de 1980, ano de lançamento da JCP, a jornada dos jovens comunistas será, estamos certos, uma poderosa afirmação de convívio

e luta da juventude em torno dos seus problemas e aspirações, da juventude que, na alegria de viver, avança com determinação nos caminhos de Abril.

Entretanto, o Festival será também uma importante iniciativa de divulgação e preparação do I Congresso da JCP, que decorrerá em 24 e 25 de Maio.

Ao mesmo tempo, e como reflexo dos sentimentos unitários e de luta antifascista dos jovens comunistas, o Festival assinalará a passagem de mais um aniversário do «25 de Março», Dia Nacional da Juventude.

Reunindo um variado conjunto de actividades culturais, desportivas e recreativas, o Festival da Primavera — não confundir com a «Festa da Primavera» a realizar pelo PCP em Santarém nos dias 28, 29 e 30 deste mês — decorrerá no Pavilhão

Festival, a preparação da iniciativa está a contar com a preciosa colaboração de muitos amigos e camaradas de colectividades populares, além da própria Câmara Municipal.

Em 29 e 30 deste mês, todos os caminhos da juventude vão dar à Amadora! E os transportes também não são problema. Há comboio com partida do Rossio, em Lisboa, e autocarros a partir de

diversos pontos da capital e zonas vizinhas.

Falando agora um pouco da parte desportiva do Festival, convém sublinhar que as inscrições para a prova de atletismo («Juventude de Abril») estão abertas até ao próximo dia 22. Quanto às simultâneas de Xadrez, as suas inscrições serão feitas no local a partir das 9 e 30 (no sábado e no domingo).

O programa

Sábado, dia 29

Das 9 às 14 horas — Desporto? Futebol de 5. Das 15 às 16 e 30 — Jazz/«Quinto Crescente». Das 16 e 30 às 18 — Rock/«UHF». Das 18 às 20 — Canto Livre/«Trovante». As 23 — Baile com o grupo «Outra Banda».

Domingo, dia 30

Das 9 às 11 — Finais de Futebol de 5. Ténis de mesa. Prova de atletismo nas ruas da Amadora. Natação. Demonstrações de Halterofilia/Judo/Karaté/Ginástica/Patinagem. A partir das 15 — «Espectáculo 28 de Março», com Paulo de Carvalho, Carlos Paulo, Samuel, Carlos Paredes, Fernando

Alvim, Nuno Gomes dos Santos, Helena Isabel e «Trovante». As 18 — Desfile da juventude pelas ruas da Amadora e concentração junto à Câmara Municipal. Entrega de um abaixo-assinado ao Presidente do Município e a deputados do PCP.

O programa do Festival inclui ainda as seguintes actividades complementares: debates sobre temas diversos relacionados com a vida e a luta da juventude, cinema, Feira da Banda Desenhada, pavilhões de «comes-e-bebes», carrinhos de choques e «wister» e jogos do «incrive!» (versão aperfeiçoada do tipo «Jogos sem fronteiras»).

1.º Congresso da JCP em 24 e 25 de Maio

Decorrerá em 24 e 25 de Maio próximo o 1.º Congresso da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), conforme decidiu a sua Direcção Nacional reunida no último domingo, em Lisboa.

Da reunião saiu um extenso comunicado, onde os jovens comunistas expõem com clareza e objectividade a sua posição face aos principais problemas da vida da juventude portuguesa na actualidade.

O documento está dividido em cinco partes fundamentais, subordinadas aos seguintes temas: «Dois meses de Governo Sá Carneiro: já basta de mudança para pior?»; «O Governo Sá Carneiro torna mais difícil ser jovem em Portugal — que futuro para os jovens, com este governo?»; «reforça-se o movimento da juventude?»; «os objectivos imediatos da luta juvenil»; e «por uma Juventude Comunista mais forte e dinâmica: preparar activamente o 1.º Congresso».

Quanto ao último ponto,

salienta-se que «este período difícil da democracia portuguesa e de resistência e luta contra a política do Governo, de brutal agravamento das condições de vida do Povo e da Juventude e de conspiração aberta e permanente contra o regime democrático, tem coincido com um franco reforço da JCP, dos seus efectivos e actividade».

Acrescenta o documento que nos últimos meses se registou «um grande movimento de adesões» à organização. Com efeito, a acção da JCP, «expressa em centenas de pequenas e grandes iniciativas, culturais e desportivas, de esclarecimento ou recreativas, realizadas um pouco por todo o país, ganhou novo ímpeto e dinâmica».

O comunicado da Direcção Nacional revela ainda que nos últimos dois meses as diferentes organizações da JCP promoveram mais de 350 iniciativas, que mobilizaram cerca de 50 mil jovens.

Para breve os jovens comunistas levarão a efeito um amplo

movimento, já importante, de jovens autores portugueses de Banda Desenhada, que, até hoje, não têm beneficiado de qualquer estímulo ou apoio.

A Feira já esteve nas Escolas Secundárias António Arroio, Cuneães, Passos Manuel, Pedro Nunes, D. João de Castro e Olivais. Brevemente, a Feira de BD promovida pela Juventude Comunista circulará por algumas escolas superiores de Lisboa e por escolas secundárias da cintura industrial.



Chaves dá o exemplo!

Com a participação de cerca de 200 camaradas e amigos, decorreu recentemente a II Assembleia da Organização Concelhia de Chaves do PCP, importante jornada de trabalho e luta dos comunistas e da opinião democrática e progressista daquele laborioso concelho transmontano.

A Assembleia elegeu a nova Comissão Concelhia, apreciou sete relatórios e aprovou por unanimidade as propostas de resolução. «Exemplo vivo da democracia interna do nosso Partido», como salientaram ao «Avante!» os camaradas de Chaves, a reunião mobilizou uma centena de delegados e grande número de convidados, que, no final dos trabalhos, ouviram a intervenção do camarada Sérgio

Teixeira, suplente do CC e membro da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP.

No decorrer da Assembleia, que teve um eficiente serviço de apoio aos delegados, nomeadamente quanto à distribuição de intervenções escritas e outros documentos, foi projectado um filme sobre a Festa do «Avante!».

Momento significativo da Assembleia ocorreu, sem dúvida, quando a mesa sublinhou a importância da adesão ao Partido, o que logo a seguir seria concretizado por 10 novos militantes, entre os quais cinco mulheres.

Recordou-se, a propósito, que prossegue em Trás-os-Montes uma campanha de recrutamento com a meta de 1500 militantes. No concelho de Chaves, o objectivo

é de 150 novos camaradas, número que está cada vez mais próximo, fruto da determinação e da crescente influência do Partido na região.

A nova Comissão Concelhia de Chaves do PCP é constituída por 42 camaradas, dos quais 19 são operários, 9 intelectuais, 6 agricultores, 4 empregados e 6 de sectores vários. A nova CC integra 7 mulheres.

A mesa que orientou os trabalhos da Assembleia incluía um agricultor, dois professores e três operários.

Chaves, terra de trabalho, terra onde é dura a vida da população, cuja maioria depende da agricultura, terra da luta pelos horizontes de Abril, dá o exemplo e avança com determinação nos caminhos da democracia.

Feira de Banda Desenhada

Até ao próximo dia 27, está em circulação a «Feira da Banda Desenhada», uma iniciativa da JCP que continua a despertar vivo entusiasmo entre a massa estudantil da zona de Lisboa.

Organizada como uma acção de divulgação da «BD», esta Feira integra, entre outras, as seguintes iniciativas: venda (com desconto) de todas as publicações mais recentes de «BD» editadas no nosso país (álbuns, revistas, fanzines), bem como alguns materiais estrangeiros; sessões de

cinema com filmes animados da Polónia, Checoslováquia, Canadá e França; duas exposições, uma sobre a «BD» em Portugal e outra sobre os «heróis» da Banda Desenhada; e colóquios com especialistas acerca da BD no nosso país.

Como nos referiu um dos camaradas responsáveis pela iniciativa, «são objectivos desta Feira da Banda Desenhada contribuir para a divulgação entre a juventude estudantil da BD de qualidade, e, ao mesmo tempo, alertar para a existência de um

movimento, já importante, de jovens autores portugueses de Banda Desenhada, que, até hoje, não têm beneficiado de qualquer estímulo ou apoio.

A Feira já esteve nas Escolas Secundárias António Arroio, Cuneães, Passos Manuel, Pedro Nunes, D. João de Castro e Olivais. Brevemente, a Feira de BD promovida pela Juventude Comunista circulará por algumas escolas superiores de Lisboa e por escolas secundárias da cintura industrial.

Reuniu a Assembleia de Célula da Setenave

Reuniu no último fim-de-semana, no Centro de Trabalho de Setúbal, a Assembleia da Célula da Setenave, que decorreu num ambiente de viva participação, tendo o debate sido orientado através de uma ordem de trabalhos que incluiu os seguintes pontos: organização-balanço da actividade em 79; eleição do Secretariado; entrega de cartões; e análise da situação política.

No decurso da discussão do Relatório registaram-se 21 intervenções, que vieram enriquecer o documento inicial e desenvolver alguns temas relativos às frentes de acção em que estão empenhados os trabalhadores comunistas dos estaleiros de Setúbal.

O Relatório apresentou-se dividido em cinco capítulos fundamentais: direcção e quadros, organização, agitação e propaganda, luta ideológica e situação política.

No primeiro ponto os camaradas salientaram o alargamento do Secretariado da célula e a criação de um Executivo.

Depois da entrega dos cartões 80/81, estabeleceu-se um vivo debate sobre a actual situação política, dinamizado pela intervenção do camarada Domingos Abrantes, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central.

Trabalho situou-se na sede do concelho (Almeirim), em Fazendas de Almeirim daquele concelho.

A fim de assinalar mais esta importante etapa na vida e desenvolvimento da organização e do trabalho do nosso Partido neste concelho ribatejo, os comunistas locais organizaram uma

jornada de convívio que englobou a realização de uma prova de atletismo e de um almoço de convívio. Neste, participaram cerca de 200 pessoas tendo no final usado da palavra um membro do Comité Local do nosso Partido e o deputado do PCP camarada Vítor Louro. Depois, houve um animado baile com o conjunto «Os Galés».

Na parte artística participaram os cantores Manuel Fonseca, Jorge Lomba e Carlos Cunha, além dos grupos «CRCB-5» e «Geta».

A intervenção política esteve a cargo do camarada Licínio Lima, membro da Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP.

Festa de alegria e confraternização dos comunistas e outros democratas, ajornada realizada em Arcos de Valdevez foi também uma poderosa afirmação da combatividade e da crescente força e dinamismo dos que defendem Abril e o regime democrático.

CAMARADAS FALECIDOS

JOÃO TOUCINHO — Faleceu no passado dia 7 o camarada João Monteiro Toucinho, de 40 anos. Vivia em Almeirim, onde contava muitos amigos, e era membro da direcção do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém. Deixou três filhos.

VÍTOR MALVAS — Também recentemente, faleceu o nosso camarada Vítor Manuel Lopes Malvas, membro da Célula da Lisnave em Lisboa. Fazia 50 anos amanhã. O comunista desaparecido pertenceu a anterior e à actual Assembleia Municipal de Loures, e também à Assembleia de

Freguesia desta localidade. Foi ainda presidente e vice-presidente do Grupo Desportivo de Loures e membro dos corpos gerentes dos Bombeiros Voluntários da vila. O camarada Vítor Malvas foi estimado por todos quanto com ele conviviam nos mais diversos sectores de actividade.

PEDRO SIMÕES — Faleceu no dia 4 o camarada Pedro das Dolores Correia Simões, tomeiro mecânico no Alfete. O funeral realizou-se no dia seguinte, com a participação de muitos familiares, camaradas e amigos.

Comissão de Desporto reúne amanhã no Vitória

Realiza-se amanhã, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma importante reunião promovida pela Comissão de Desporto junto do Secretariado do Comité Central do Partido.

O principal assunto da sessão será o trabalho preparatório do programa desportivo da Festa do «Avante!»-1980.

Distrito de Lisboa

O problema dos fundos abordado num plenário

Com a presença de cerca de 150 camaradas, realizou-se há dias, no Centro de Trabalho de Alfama, mais um plenário distrital dos responsáveis de fundos da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

Na primeira parte da reunião foram dadas informações documentadas sobre alguns resultados do trabalho de fundos em 1979 e perspectivas para este ano de 1980 (quotização, Festa do

«Avante!», campanhas eleitorais, orçamentos, subsídios de férias e campanha de Natal).

Depois, os camaradas detiveram-se na campanha especial de quotização para este ano, tendo decidido levar desde já à prática um conjunto de acções para melhorar as receitas de quotização, acompanhadas do debate colectivo em todos os organismos. Foi igualmente salientado o papel das comissões de fundos.

Aurélio Santos nos Açores

O camarada Aurélio Santos, membro do Comité Central do Partido, encontra-se na Região Autónoma dos Açores, onde tem vindo a participar em sessões de esclarecimento com a população açoriana e também em importantes reuniões quadros do Partido sobre o trabalho de informação e propaganda.

Aurélius Santos participa hoje em várias iniciativas e regressa amanhã ao continente.

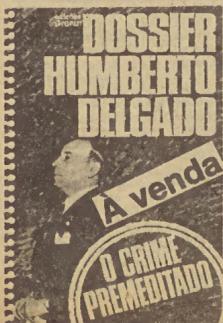
Reuniões importantes

● Camaradas da Freguesia de Montalvão

No próximo dia 23, realiza-se uma importante reunião destinada a todos os camaradas naturais da freguesia de Montalvão (concelho de Nisa, distrito de Portalegre) que residam na área da grande Lisboa. O encontro decorrerá no Centro de Trabalho de Tires (perto de Cascais), a partir das 15 horas.

● Plenário em Campo de Ourique

Amanhã, realiza-se um plenário aberto a todos os militantes que residam em Campo de Ourique, Lisboa. A sessão, a realizar em Santa Isabel, contará com a presença do camarada José Casanova, suplente da Comissão Política do CC do Partido.



Passos Negros: Mais um CT no concelho de Almeirim

No concelho de Almeirim, o Partido Comunista Português tem, desde o passado domingo, quatro Centros de Trabalho a funcionar. Foi, com efeito, inaugurado nesse dia o CT de Passos Negros, localidade situada na freguesia de Fazendas de Almeirim daquela concelho.

Os restantes Centros de

Semana

5 Quarta-feira
1970 - Os estivadores do porto de Leixões entram em greve contra as horas extraordinárias.

6 Quinta-feira
1978 - Richard Bloomfield chega a Lisboa como novo embaixador dos EUA em Portugal e em substituição de Frank Carlucci, nomeado vice-diretor da CIA.

7 Sexta-feira
1837 - Morre em Fátima o pintor português Domingos Sequeira.

8 Sábado
1972 - Greve de dois dias dos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

9 Domingo
1916 - A Alemanha declara guerra a Portugal.

10 Segunda-feira
1927 - Publica-se em Coimbra o primeiro número da revista "Presença".

11 Terça-feira
1978 - Começa em Lisboa, no Pavilhão dos Desportos, a Conferência das Organizações do PCP para a Defesa e Dinamização do Sector Nacionalizado.

12 Quarta-feira
1978 - Começa no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, a Conferência das Organizações dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN), com a participação de largas centenas de delegados representando 254 Sindicatos englobando mais de um milhão e seiscentos mil trabalhadores.

Os Comunistas na Assembleia da República

As memórias amargas da direita

Com o objectivo de apagar da memória o rescaldo da interpelação com que a oposição desmascarou o Governo e a sua maioria apoiante, Rui Pena, do CDS, fez, na passada terça-feira, uma declaração política procurando, de novo, em velha manobra responsabilizar os comunistas pelo clima de intimidação que os agrários desencadeiam no Alentejo, procurando também antecipar-se às críticas que ele sabia serem certas nesse dia para o Governo que não apenas no Alentejo mas em todo o país tenta desestabilizar e criar um clima propício a golpes contra a democracia.

E foi buscar ao aniversário do 11 de Março o tema à volta do qual tecer os seus ataques cujo principal alvo foi, como sempre, o PCP.

Mas era um tema escorregadio para um deputado do CDS. E as contradições abundaram, as palavras que proferiu mostraram como aquele partido está e sempre esteve, apesar dos seus protestos de democracia, contra a democracia e contra os trabalhadores.

Procurou o deputado da direita esconder a tentativa de golpe que foi o 11 de Março, urdido por aqueles que estavam contra o 25 de Abril. Procurou acusar os democratas das manobras de civis e militares apostados contra Abril. Mas logo chegou

ao que queria efectivamente dizer: "O 11 de Março trouxe as ocupações e as nacionalizações indiscriminadas sem consulta popular, sem estudos prévios, sem democracia nem sabedoria..."

Efectivamente os revolucionários que estavam com Abril, os trabalhadores e os democratas levaram mais longe, em todo o país, a revolução iniciada em Abril, defendendo os dois golpes de Março. Aprofundaram a democracia nacionalizando a banca e os seguros. Os trabalhadores do Alentejo e o Ribatejo avançaram para as terras abandonadas pelos latifundiários. Os operários e outros trabalhadores tomaram nas mãos a gestão de empresas abandonadas pelos capitalistas cujo sonho se realizou no regime fascista e de que despertaram mal...

A Mulher em Portugal

A Reforma Agrária continuaria a ser tema na reunião de terça-feira. Pela palavra da comunista Josefina Andrade foi lembrado o significado do 8 de Março, não como pretexto para homenagens que mascararam opções contra um papel interveniente da mulher na sociedade, mas projectando na sua intervenção o papel das mulheres que no Alentejo se batem hoje pela Reforma Agrária, como ontem se bateram contra o fascismo, sublinhando as transformações que essa conquista trouxe na realidade para a vida quotidiana de tantas trabalhadoras.

Críticas e acusações que permanecem

Oprimidos pela razão dos argumentos lançados pelos deputados comunistas e socialistas durante a interpelação ao Governo que findou na passada quinta-feira, mal dispostos pelas perguntas a que não conseguiram responder, os ministros suspiraram de alívio com a intervenção arrogante de Sá Carneiro. Encerrava o chefe um debate que colocou em posição precária o executivo reaccionário, confrontadas que foram as promessas com os factos. E a sua intervenção final, toda voltada para apontar a oposição as culpas do Governo, toda gritada para se dar razão, veio aliviar também a indisposição dos deputados da direita. Acabava-se. Não se falava mais nisso!

Mas nem o encerramento do debate, nem a propaganda da direita através dos seus jornais e dos que tem à sua disposição

Propaganda, só do governo

Na Assembleia da República um deputado desafiou o Ministro do Comércio Interno, Basílio Horta, para dizer quais os medicamentos estrangeiros que diminuiriam de preço. Ao mesmo tempo, o deputado lembrou ao Ministro alguns medicamentos estrangeiros que já aumentaram durante estes meses:

	Jan.	Março	Aumento
Runalon	882\$00	1 118\$00	+ 236\$00
Septim	237\$00	334\$00	+ 97\$00
Hydergine	273\$00	471\$00	+ 204\$50

A resposta do Ministro foi concludente: «Não posso dizer quais os que desceram, porque, primeiro, não tenho aqui a lista, segundo, não faço propaganda de Laboratórios!»

Encontros de deputados com os trabalhadores

Para ampliarem o seu conhecimento da realidade social, económica e popular do distrito do Porto, deputados do Partido têm desenvolvido uma série de contactos.

No último fim-de-semana deslocaram-se a empresas, lugares e instituições do concelho de Vila Nova de Gaia.

Amanhã visitarão as minas de lousa em Valongo, e no domingo terão um encontro com trabalhadores de madeiras, em Freimunde, Paços de Ferreira.

Unir as palavras aos factos

e actos, aprender com a vida e levar à Assembleia da República os grande problemas, reivindicações e anseios dos trabalhadores, do movimento popular e operário não é, para os comunistas, um slogan para agitar durante a campanha eleitoral. Antes e depois da votação há problemas e questões cuja actualidade não se perde.

E por isso que, quando um deputado comunista toma a palavra no hemiciclo, a sua fala é o eco de milhares de pessoas,

conhecem a situação do sector de aqueles homens que, lá no fundo, arrancam a ardósia, em construção galerias e abrem túneis, arrancando à terra um produto mineral de grande interesse para a nossa economia. À noite, no Campo maior, freguesia de mineiros de grandes tradições democráticas, analisarão colectivamente questões de interesse e actual, ouvindo testemunhos, opiniões e experiências.

Manhã cedo, deputados do Partido terão um novo encontro. Desta vez, com trabalhadores da indústria das madeiras, em Freimunde, concelho de Paços de Ferreira. Recolherão dados acerca da situação dramática que aflije milhares de trabalhadores e médios industriais, a quem taxas de juros exorbitantes, aumentos constantes dos produtos e matérias-primas, domínio dos circuitos de comercialização por meia dúzia de grandes intermediários, levantam o espectro da falência.

Intervenções

Política económica: o governo meteu as mãos pelos pés

Neste quadro, é uma evidência que o Governo tem a sua política económica global. Aquilo que se pretendia com esta interpelação não era lançar a dúvida sobre a evidência, mas que o Governo explicasse abertamente ao País as grandes orientações da sua política económica.

O Governo não o fez. E não o fez porque os dois vectores essenciais que a comandam são ambos inconcussos.

O primeiro é a restauração do poder económico e político do grande capital e dos latifundiários — aí incluída a restrição da dinâmica da exploração, acumulação e centralização capitalista, à custa do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das classes e camadas médias.

O segundo são os princípios parativistas e eleitorais, através dos quais o Governo pretende perpetuar a sua permanência no Poder e a continuação da sua política.

O Governo tem presente como o Primeiro-Ministro confiou há dias que terá de se submeter a eleições dentro de seis meses e procura esconder ao País, sob o fumo de algumas promessas demagógicas, as suas grandes opções restauracionistas.

É assim que à parte substancial das 15 perguntas que lhe formulámos o Governo respondeu nada.

Afirmámos que a política de redução do mercado interno, de afundamento das nossas relações económicas e sociais, trará o crescimento do produto interno que assim não só não ultrapassará os 4% propagandeados como será inferior aos 3% de 1978. A isto o Governo nada respondeu.

Perguntámos concretamente qual a taxa de investimento (FOP) que o Governo previa para este ano. O Governo respondeu nada.

Questionámos com precisão se o Governo ia manter as taxas de juros se as ia diminuir, quando e como. Perante esta questão concreta do máximo interesse nomeadamente para os pequenos e médios empresários o Governo disse nada, como nada disse sobre o previsível aumento do

desemprego, não adiantando nenhuma medida para o atalhar.

Afirmámos que o endividamento externo de Portugal vai ser seriamente agravado pelo Governo. O Governo não o pôde negar.

Afirmámos que a política do Governo conduzirá a um avultadíssimo défice do Orçamento corrente sejam quais forem as manipulações que se tente fazer. O Governo não contestou.

Foi igualmente concluída a atitude do Governo em relação ao aumento generalizado dos preços, à repressão dos salários, à redução real dos subsídios sociais.

Assim, quanto à inflação — a acreditar na justificativa dada pelo Ministério das Finanças para a manutenção da taxa mensal de desvalorização do escudo em 0,75% podemos afirmar que em 1980 a taxa de inflação será superior aos 20% prometidos pelo Governo no seu Programa.

Quanto aos preços o debate trouxe uma aquisição real — embora risível: percebeu-se, finalmente, o que é que o Governo quer dizer quando afirma que "os preços baixam".

E que — se não houvesse eleições — os preços teriam aumentado muito mais ainda, para satisfazer a ganância dos sectores do grande capital, a que o Governo obedece. Mas tomou-se também claro no debate que o Governo empolou o aumento de certos preços como a ideia reservada de vir a baixá-los nas proximidades das eleições.

E por isso manipula por esta forma os mecanismos dos preços, sem respeito pelo povo, quer para acelerar a acumulação de capitalista, quer para atingir os seus objectivos eleitorais.

A dinâmica da política do Governo conduz, inevitavelmente, à subida dos preços. É contra isto que o povo português tem que lutar.

Afirmámos (sem contestação) que o Governo deixou para o lixo o cabaz de compras para não garantir pelo prazo de um ano os preços agora fixados, comprometendo-se apenas na medida do que se pode esperar, durante estes meses. Desta forma as percentagens de

Projecto de lei do PCP

(...) O nosso projecto de lei desenvolve e aprofunda o problema das condições que devem existir no terreno para evitar os fogos e facilitar o seu controlo e extinção. E está é uma opção de fundo, que aos políticos compete analisar e sobre ela decidir.

Tal opção propõe-nos a partir da análise da experiência portuguesa em matéria de incêndios florestais. E aquilo que de essencial se concluiu é que, por melhores que fossem os meios de vigilância e combate, jamais a sua eficiência poderia ser suficiente, devido às condições em que se encontra a nossa floresta.

(...) No fundamental, o nosso projecto aponta para que seja o Estado a assumir a responsabilidade e que ele cabe em matéria de defesa dos recursos naturais e de promoção da melhoria das condições de vida dos povos e regiões mais desfavorecidas. Se o Estado quiser corresponder a essa

A mulher e a Reforma Agrária

(...) Antes da Reforma Agrária, a mulher dos campos do Sul sofreu amargamente com os latifundiários e com a exploração dos agrários. Ela teve de fazer das típias corações quando era hora de preparar a lancheira do companheiro e não havia com que; quando tinha de repartir por todos os membros da família os alimentos que não existiam. Ela teve de acatar fazer o mesmo trabalho que o homem e ganhar menos de metade nos poucos dias em que havia trabalho; e de se fazer ao duro para a colheita da comida com um filho na barriga. Ela teve de se confrontar com os agrários que as utilizavam como joguete contra os trabalhadores nómades, quando estes lutavam por uma pequena melhoria das jomas de miséria. Ela viu partir para a cadeia fascista o seu companheiro e em muitos casos ela própria foi presa. Foi mesmo contra trabalhadoras agrícolas ribatejanas que a PIDE usou a tortura física contra as presas pela primeira vez.

(...) Houve uma profunda mudança nas vilas e aldeias do Sul do nosso País. E aqui foi determinante o papel das mulheres. Foram elas que encabeçaram o esforço colectivo para a instalação de creches



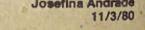
Carlos Brito 6/3/80



Vitor Louro 11/3/80



Zita Seabra 5/3/80



Josefina Andrade 11/3/80

Açores: População da Madalena defende direito ao hospital

Com a elegação da necessidade de «conter as despesas públicas», a Secretaria Regional dos Açores dos Assuntos Sociais mandou encerrar no fim do mês passado o serviço de urgência do Hospital de Madalena, na Ilha do Pico, que vinha a ser assegurado pelos médicos do serviço à periferia.

Segundo a nota oficiosa distribuída pela Secretaria Regional a existência de serviços de urgência nocturnos está apenas prevista num hospital de cada ilha do arquipélago, com excepção de S. Miguel que das suas dimensões disporá de vários serviços.

No que toca à ilha do Pico, com três hospitais concelhios, a nota afirmava que só o de S. Roque passaria a ter serviços de urgência uma vez ser a unidade que o Governo Regional pretendia transformar em hospital principal da ilha.

Acontece porém que os planos da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais ignoraram por completo um factor tão importante como

a opinião da população sobre o assunto. E a população da Madalena não está de acordo que a preferência vá para S. Roque, não só porque não se trata do melhor local, como essa medida iria atrasar todo o projecto já em desenvolvimento na Madalena, cujo concelho, com mais de seis mil habitantes, é o mais populoso da ilha do Pico.

Assim, a população da Madalena concentrou-se junto da Câmara Municipal local protestando contra o encerramento do serviço nocturno de urgência do hospital, conseguindo o apoio dos seus órgãos autárquicos, nomeadamente da Assembleia Municipal (de maioria PSD) e da Câmara

Municipal, cujo presidente ameaça mesmo demitir-se se o problema não for satisfeito a contento da população.

O que se pretende, como aliás a APU várias vezes tem defendido, é que a Madalena possua um hospital de ilha, uma unidade intermédia do hospital sub-regional da Horta, cujas obras entraram já em fase de execução.

Esta profunda aspiração popular não parece no entanto ter chegado ao conhecimento do Governo Regional, a crer nas palavras de Mota Amaral a uma delegação da população com quem se encontrou para debater o problema. A inoperância da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais é no entanto bem conhecida de todos, constando mesmo que o chefe do Executivo açoreano se prepara para remodelar de novo.

Mas o que o problema do hospital da Madalena veio demonstrar, para além da precariedade das condições de assistência médica, foi a falta

de coesão, de estabilidade e de eficácia de um governo, que mesmo maioritariamente PSP não se entende.

As declarações de Mota Amaral afirmando desconhecer o problema; as ameaças de demissão do presidente da Câmara da Madalena; as alegações da Secretaria Regional sobre a necessidade de «conter as despesas públicas» são bem o exemplo da instabilidade. É que é difícil conciliar as demagógicas promessas eleitorais com a satisfação das necessidades das populações...

Acordo das Lajes na reconstrução dos Açores

Utilizar a verba do acordo das Lajes da Terceira na reconstrução das ilhas afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro foi a proposta apresentada pela

coordenadora regional da APU nos Açores, num comunicado onde se chama a atenção para a necessidade de se construir bairros de habitação social na cidade de Angra do Heroísmo, a fim de alojar as famílias afectadas com o sismo.

O documento da APU aponta ainda para o combate aos especuladores de terrenos e proprietários de empresas de construção civil, exigindo a participação do Governo Central e da Assembleia da República nos trabalhos de reconstrução uma vez que se trata de uma catástrofe a que se deve recorrer num esquema de solidariedade nacional.

A APU, que acusa o executivo dos Açores de «vocação totalitária» e de falta de coacção e lentidão nas tarefas de reconstrução, exige igualmente o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores que ficaram desempregados em consequência do sismo de Janeiro.

Viver Abril em Lisboa ter Abril em Portugal

A Comissão Coordenadora de Lisboa da Aliança Povo Unido, em conferência de imprensa realizada na passada terça-feira nas instalações da Assembleia da República, divulgou o programa das comemorações do 25 de Abril no distrito de Lisboa. Participaram na conferência Octávio Pato, Zita Seabra, António Abreu e Silva Graça, do PCP, Herberto Goulart, do MDP, e o independente Luís de Azevedo.

Octávio Pato salientou aos jornalistas a importância singular das comemorações deste 25 de Abril, sublinhando que não se trata apenas de festejar uma data mas de defender as grandes e as pequenas mudanças operadas desde 1974 na via do progresso, de lutar contra a política do governo Sá Carneiro que procura a mudança na via do passado.

O dirigente comunista sublinhou ainda que o PCP e o MDP emprenderão esforços para que o 25 de Abril fosse comemorado de forma apertada e, nesse sentido, promoveram contactos, designadamente com o PS. Conforme disse, o facto de Mário Soares se ter proposto liderar as comemorações, compromete o carácter unitário que estas deverão ter, não favorecendo a unidade das forças

democráticas, antes favorecendo as manobras da Aliança reaccionária.

Referindo-se ao extenso programa das comemorações que a APU promove na zona de Lisboa, Octávio Pato não deixou de esclarecer que a APU continua a envidar esforços para que estas tenham um carácter o mais aberto possível. E deu um exemplo: ao ter-se conhecimento de que vários clubes tencionam promover comemorações, decidiu-se não realizar a prevista Estafeta da Liberdade, a fim de apoiar todas as iniciativas desportivas que festejam o 25 de Abril.

Herberto Goulart, do MDP, insistiu no significado particular das comemorações deste ano, que serão uma jornada de luta contra os perigos que ameaçam o regime democrático.

As comemorações em Lisboa

O programa das comemorações do 6.º aniversário do 25 de Abril prevê, na cidade de Lisboa, a realização de dois grandes conjuntos de realizações, na noite de 24 e durante todo o dia 25.

Assim, na noite de 24 de Abril realizar-se-á, no Rossio e na Praça da Figueira, um grande espectáculo, de características inéditas, com coros, poesia, luz e projecções e onde se pode confirmar já a participação, entre outros, de uma orquestra e de Paulo de Carvalho, Pedro Osório, Carlos Mendes, Samuel, Grupo Trovante, Rui Pedro e Luís Filipe Costa. No decorrer do espectáculo, será lido um poema escrito por José Gomes Ferreira alusivo a este 25 de Abril.

Destaque ainda, nessa noite, para a leitura de uma saudação ao povo e aos militares de Abril.

Entretanto, no dia 25 e no Parque Eduardo VII, uma alvorada de foguetes assinalará a histórica data, após o qual terá lugar uma manhã infantil com ginástica e outros desportos, fogos recreativos, canções, teatro e palhaços. Da parte da tarde, além de um comício, realiza-se um espectáculo que, sendo preenchido com lado amador e exibição de ranchos folclóricos, contará ainda com a participação dos conhecidos conjuntos «Os Sheiks» e «SARL».

Durante todo o dia, estará patente a quem se deslocar ao Parque Eduardo VII uma exposição do cartaz político.

Tal como na véspera, um animado baile popular encerrará as comemorações.

A Comissão Coordenadora de Lisboa da APU tem vindo

a desenvolver esforços, desde há várias semanas, no sentido de que em todos os concelhos, freguesias, lugares e bairros do distrito se comemore o 6.º aniversário do 25 de Abril com base na mais larga unidade.

Nesse sentido, a APU propõe que essas realizações partam da iniciativa das autarquias, em colaboração com organismos populáres, e que nelas intervenham associações culturais e desportivas, comissões de moradores e trabalhadores, associações de bombeiros e outros organismos.

A APU de Lisboa apela à organização de grandes festas locais, cortejos, torneios e demonstrações desportivas, realizações infantis, convívios, e propõe que as populações empreendam a decoração das ruas, casas, edifícios públicos, colectividades e sindicatos com motivos alusivos à data e às cores nacionais.

No documento distribuído aos órgãos de informação no decorrer da Conferência de Imprensa, a Coordenadora da APU de Lisboa propõe igualmente que se promova a participação nas comemorações populares dos artistas e intelectuais, através de colóquios, representações teatrais, outros espectáculos e grandes pinturas murais colectivas. Grande importância é igualmente dada à associação às comemorações de iniciativas de divulgação da obra de Luís de Camões, no ano do seu IV centenário, bem como à realização de comícios e outras iniciativas políticas em defesa da Democracia e das Conquistas da Revolução.

Entretanto, a Comissão Coordenadora de Lisboa da APU distribuiu um comunicado sobre as comemorações do 25 de Abril em que chama a população do distrito a transformar o 6.º aniversário do 25 de Abril numa grande homenagem aos capitães de Abril e a todos quantos contribuíram para a sua realização.

Legalidade à PPD ou como os caciques actuam na Juromenha

Podia ser uma anedota mas não é. Passa-se na vila de Juromenha, no concelho do Alandroal: três elementos do PPD que faziam parte da Junta de Freguesia que cessou funções em Dezembro último recusam-se a deixar os cargos para que não foram reeleitos, retendo em seu poder o selo branco da Junta e continuando a dar despacho à documentação que chega à autarquia!!!

Os três elementos do PPD que têm mantido aquela situação de tão grave ilegalidade são o Velez, o Lérias e o Calado, que decerto pensam que um governo «AD» é suficiente para lhes manter as costas quentes mesmo em situações tão descaradamente fora da lei. O Velez foi presidente da anterior Junta de Freguesia eleito pelo PS e candidato pelo PPD nas últimas eleições, não reeleito; o Lérias foi parceiro do Velez na Junta e no PS; o Calado é um dos dois eleitos do PPD para a actual Assembleia de Freguesia.

Não se sabe quem tomou a decisão de «ignorar» a realização de eleições para as autarquias em Dezembro último, mas o que é certo é que o selo branco da Junta foi levado para casa de um dos três elementos do PPD que continuam a funcionar na «sua» autarquia.

É claro que os membros eleitos para este órgão autárquico nas últimas eleições (que deram a maioria à APU) já tomaram posse, mas até esse acto teve de se realizar nos Paços do Concelho, uma vez que os «persistentes» PPDs mobilizaram os seus acólitos para boicotar a sessão que deveria ter-se realizado na sede da freguesia.

É claro também que a Câmara Municipal do Alandroal (de maioria APU)

tem desenvolvido todos os esforços para resolver pacificamente tão insólita situação... sem obter resultados!

É claro ainda que a ilegalidade é tão grande que a própria Governadora Civil de Évora (escolhida pelo Governo «AD») foi obrigada a notificar o antigo presidente da Junta de Freguesia de Juromenha para que entregasse o selo branco, estabelecendo como prazo o fim do mês de Fevereiro, e recordando aos três PPDs que ao persistir no prolongamento abusivo de

funções públicas incorriam em crime punido pelo Código Penal Português.

Nenhuma destas medidas resultaram. O mês de Fevereiro terminou e o selo branco da Junta não foi entregue.

É claro, finalmente, que a Câmara Municipal do Alandroal vai proceder judicialmente contra o Velez, o Lérias e o Calado, que pretendem continuar a ser a Junta.

Mas o que não está claro certamente é que casos destes sucedem num Estado de direito. O que não é claro é que membros de um partido do Governo actuem desta forma.

Se não são loucos, quem lhes garantiu a imunidade para assim procederem? Será que o PPD local (e o outro) pensa garantir por este meio a maioria na Junta que se pretende criar na Nossa

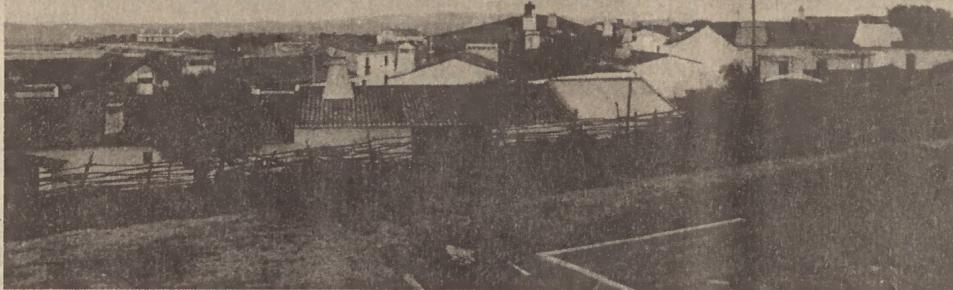
Senhora do Loreto, uma vez feita a separação da S. Brás dos Matos, localidades que compõem a actual freguesia da Juromenha?

A separação das duas localidades e subsequente formação de duas freguesias consta de um processo que tem vindo a ser desenvolvido pela Câmara Municipal do Alandroal e que aguarda apenas a aprovação da Assembleia da República. Enquanto tal separação não for aprovada, as eleições continuam a ser para uma única Junta, sendo perfeitamente irrelevante quem ganha nesta ou naquela secção de voto e só contando os resultados globais. Assim, o facto do PPD ser a força mais votada na secção de voto da Juromenha não basta para que esta força vença as eleições, uma vez que a APU foi a mais votada na freguesia.

A ilegalidade mantém-se. E a responsabilidade ultrapassa os três elementos do partido do «chefe», estendendo-se ao próprio partido de que fazem parte e que os apoia.

Não deixa de ser interessante comparar estas situações com as afirmações de Sá Carneiro e do seu Conselho de Ministros a propósito do cumprimento da legalidade no Alentejo. As decisões de enviar «forças de segurança» contra os trabalhadores alentejanos fazem excelente contraponto com o silêncio que situações de tamanha ilegalidade merecem por parte do Governo e das forças que o apoiam.

Mas hoje já não é possível esconder a acção dos caciques, como antigamente. E a população sabe julgar essas acções.



Na Juromenha, no concelho de Alandroal, os caciques do PPD impedem pela força o funcionamento da nova Junta de Freguesia, persistindo no prolongamento abusivo de funções públicas

Mulheres portuguesas com Abril, com a Paz e com o Progresso

8 de Março de 1980: um dia de luta!

Em Portugal, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado em nome de Abril, em nome da Paz, em nome do Progresso. Por isso, centenas de iniciativas em todo o país assinalaram iniciativas em Portugal o 8 de Março de 1980, transformando esta data numa jornada de luta contra o aumento do custo de vida, contra o Governo de direita. Foram festas, comícios, colóquios, sessões, distribuições de panfletos e manifestações através dos quais as mulheres portuguesas e os democratas evocaram na luta o exemplo da luta das operárias têxteis de Nova Iorque que, em 8 de Março de 1857, desceram às ruas exigindo a redução do horário de trabalho.

Um cravo para cada mulher - foi a vontade que animou neste ano de 1980 as comemorações do Dia Internacional da Mulher no nosso país. Cravo que adquiriu, contra este Governo da direita, um significado de luta. Por isso, cada cravo distribuído no passado sábado a cada mulher portuguesa, foi como uma voz que se ouviu, uma bandeira que se ergueu, um corpo que se movimentou na denúncia da política de miséria praticada pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Em Lisboa e no Porto, o ponto alto das comemorações foi a realização, grandemente participada, de duas iniciativas que foram também festa. Em Lisboa, no Coliseu dos Recreios; no Porto, no Cinema Estúdio.

A realização do espectáculo de Lisboa, organizado pela CGTP, coincidiu com o decorrer do III Congresso da central sindical unitária. Por isso, na sala das Portas de Santo António, falar da luta das mulheres foi falar da luta dos trabalhadores por um Portugal de Abril, interpretada por artistas da cooperativa «Cantarabril» e outros (Maria Dulce Paço Bandeira, Carlos Paredes, Fernando Alvim, Samuel, Luísa Basto, Vitorino, Joaquim Pessoa, Paulo de Carvalho, Trovante, Coro da União dos Sindicatos do Porto e Grupo Coral Alentejano do Barreiro). A determinação e firmeza unitárias que exigem uma vida nova no país de Abril juntou-se assim à voz das que reclamam o estatuto de cidadãs a tempo inteiro e que, por isso, lutam contra o insuportável aumento do custo de vida com que a direita pretende transformar as esperanças de Abril na negra realidade do passado.

No Porto, um comício-festa realizado no Cinema Estúdio mostrou a cada vez maior implantação de um amplo movimento de mulheres que, lutando pela

democracia, não esquecem, por isso mesmo, a importância das conquistas Abril - e de entre elas, a mais bela, a Reforma Agrária. Nesse comício-festa foram aprovadas moções de apoio à luta dos heróicos trabalhadores alentejanos e ribatejanos em defesa da Reforma Agrária. O recinto, a transbordar, ouviu ainda intervenções de Leonor Monteiro (do MDM), de Branca Guimarães (ex-dirigente sindical) e de Virginia Moura e, depois de ter sido aprovada uma saudação ao III Congresso da CGTP, os poemas e as canções foram lida e foram festa nas vozes de Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos, Vitor Correia, Marília Gama, Objectivo e Alberto Albuquerque.

No Alentejo Novo da Reforma Agrária...

As dezenas de realizações realizadas na zona de intervenção da Reforma Agrária vieram testemunhar que as mulheres do Alentejo são também, ao lado dos seus companheiros e da juventude, uma barreira intransponível face aos ataques que pretendem destruir essa conquista da Revolução de Abril.

Em Serpa e Moura, em Borba e Estremoz, em Campo Maior e Montargil, em Beja e Cuba, em Aljustrel e Ferreira do Alentejo, em Castro Verde e Mértola, em Évora e Sousel, no Alentejo e em Montemor - sessões de esclarecimento, comícios, manifestações, desfiles, exibição de filmes e outras realizações unitárias constituíram um grandioso testemunho da vontade de luta e da capacidade de organização e resistência da mulher do Alentejo que, sabendo erguer bem alto o exemplo de Catarina de Baleizão, afirmam que a sua razão de vida está ligada à luta por um Portugal melhor, por um

país que se orgulhe da sua Reforma Agrária.

Nas realizações de Borba e de Estremoz, de Campo Maior e de Montargil, participaram respectivamente as camaradas Alda Nogueira e Zita Seabra, ambas deputadas do PCP e membros do Comité Central do nosso Partido.

...e por todo o País de Abril

Enumerar os actos que, no nosso país, assinalaram a passagem de mais um Dia Internacional da Mulher seria fastidioso. Eles aconteceram em todo o lado: na Covilhã, em todos os concelhos do distrito de Setúbal, em Aveiro, em Coimbra, em Ovar, em Valado dos Frades, em Alcobaca, na Marinha Grande, em Peniche, em inúmeras localidades do distrito de Lisboa (Odivelas, Moscavide, Santa Iria da Azóia, Camarate, Zambujal, Olivais).

Elas aconteceram aqui no nosso país, onde cada vez mais mulheres se vão consciencializando da necessidade de lutarem todos os dias para que o Dia Internacional da Mulher, cada ano no dia 8 de Março, seja comemorado com dignidade e crescente alegria.

Para que cada 8 de Março de jornada de luta pelos direitos inalienáveis das mulheres se transforme na jornada de festa da participação da mulher na construção de um país novo - uma realidade nova de vida para si e seus filhos. Para que nunca mais, nos Dias Internacionais das Mulheres que daqui para frente se comemorarem, seja preciso as mulheres portuguesas, na sua luta, dizerem «A luta continua/Sá Carneiro para a rua!» para defenderem a sua vida.

Notícias locais

Campanha de Alfabetização no concelho de Estremoz

O êxito alcançado com a acção desenvolvida pelo Grupo Dinamizador de Alfabetização de Estremoz, traduzido no aumento constante do número de alfabetizados inscritos, levou à realização de mais um seminário de alfabetizadores em que participaram cerca de trinta jovens que se propõem desenvolver a sua acção nos concelhos de Borba e Estremoz.

No concelho de Estremoz existem grupos de alfabetizadores nas freguesias de Arcos, Glória, S. Domingos e Espinhoeiro e na própria sede, estando em preparação nas restantes freguesias.

Teatro romano em Lisboa

Por decisão da Câmara Municipal de Lisboa vão recomençar brevemente as escavações do teatro romano existente na encosta do Castelo de S. Jorge. A antiga cidade romana, situada na zona que desce do Castelo até ao Tejo, foi descoberta com o terramoto de 1755.

As escavações do teatro, iniciadas em 1960, paralisaram sem qualquer justificação não obstante terem revelado que se trata de um modelo raro e em tão bom estado que é de encerrar a sua reconstrução.

Calendário de festas de Vila Franca

O calendário de feiras e exposições da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para o corrente ano está já praticamente preenchido, existindo mesmo diversas ideias no que se refere a 1981.

A IV Agrin-Xira (Feira Agrícola e Industrial de Vila Franca de Xira) decorre de 28 de Junho a 6 de Julho deste ano, coincidindo os dois últimos dias com a realização da «Festa do Colete Encarnado».

A «Feira Franca» e o «Salão de Mobiliário e Equipamento» efectuar-se-ão por seu turno na semana que vai de 5 a 12 de Outubro.

No que se refere ao próximo ano, está prevista para Maio a realização do «I Salão de Tempos Livres (Campismo e Desporto)», que será acompanhado com um programa desportivo que terá o Tejo como «pista natural».

Nos mesmos meses deste ano decorrerão outros certames que visam o melhor aproveitamento da situação geográfica do concelho e um maior apoio às necessidades do comércio e indústria locais.

Participação popular na administração da justiça

Realizou-se recentemente na Fundação Gulbenkian o terceiro Encontro Internacional dos Magistrados do Ministério Público que, entre outros temas, debatem a participação popular na administração da justiça.

Nas conclusões do Encontro refere-se que «foram analisadas diversas formas susceptíveis de serem qualificadas como participação popular consagradas na lei ordinária portuguesa, desde logo se salientando que ficam

muito aquém das potencialidades contidas na Constituição, sendo certo que, por outro lado, não foram em larga medida, criados os mecanismos susceptíveis de as serem em prática».

Os participantes no Encontro concluíram ainda que a participação popular «se exerce não apenas no plano da intervenção dos juízes não togados nos órgãos de judicatura, mas ainda no âmbito da iniciativa de pôr em funcionamento a máquina judicial, para o que deverá ser assegurado o exercício do direito de acção judicial conforme o Artigo 20.º da Constituição.

Museu do Azulejo está encaixotado

O Centro Nacional da Cultura promoveu no passado fim-de-semana uma visita ao Museu do Azulejo, que se encontra instalado no convento da Madre de Deus em Lisboa. Quem durante algumas horas percorreu as instalações do Museu pôde comprovar que se trata sem dúvida de um dos mais ricos de todo o mundo, mas também o mais mal instalado de todos.

Com efeito, inexplicavelmente, a maior parte das peças do museu encontram-se encaixotadas e não só não foram estudadas como nem sequer estão inventariadas!

Calcula-se em mais de meio milhão o número de azulejos que se encontram na Madre de Deus, deixados ao acaso pelos cantos ou dentro de caixotes. E trata-se de um património de valor incalculável, único em todo o mundo...

Prevenção de incêndios estudada na Guarda

A direcção da Federação dos Bombeiros Voluntários do distrito da Guarda aprovou recentemente um plano proposto para a criação na região de um centro piloto de ataque a incêndios nas florestas.

O plano será analisado no próximo mês em Trancoso, durante o plenário da Federação dos Bombeiros, que integra dezassete corporações.

Paralelamente, os participantes do plenário estudarão a criação de zonas de intervenção e comandos operacionais no âmbito do distrito piloto, que está orçado em cerca de cem milhões de escudos.

Parque de Peneda em debate

Por iniciativa da associação cultural dos amigos do Parque de Peneda-Gerês vai realizar-se nos próximos dias 28, 29 e 30 em Braga um colóquio sobre a defesa daquela importante reserva ecológica.

Segundo foi revelado no passado fim-de-semana no decorrer de uma conferência de imprensa, procura-se com o colóquio alertar para a necessidade de legislação que salvaguarde a preservação da área, não só no que se refere à defesa do ambiente, da paisagem, da fauna e da flora, mas também da melhoria das condições de vida das cerca de 15 mil pessoas que ali habitam.



III Congresso da CGTP-IN

A razão de ser da nossa luta a certeza da nossa vitória

Os trabalhadores portugueses são a razão de ser da nossa luta e a certeza da nossa vitória, diria Armando Teixeira da Silva ao encerrar, em nome do secretariado nacional, o III Congresso da CGTP-IN. Essa pequena frase contém tudo o que de maior significado e alcance foi aprovado no Pavilhão dos Desportos por 1112 delegados em nome de 256 sindicatos representativos de mais de um milhão e seiscentos mil trabalhadores.

A intensa e prolongada preparação do Congresso, as mais de 3000 reuniões entretanto efectuadas a vários níveis e estruturas, a importância dos documentos aprovados (Programa de Acção, Caderno Reivindicativo, Estatutos e várias moções, como a da Reforma Agrária, marcando a jornada de luta nacional para 25, 26 e 27 do

corrente) atribuíram à reunião do órgão máximo da CGTP-IN, juntamente com a eleição do novo secretariado com 1478 votos válidos entre 1566 possíveis, uma característica que marcará todas as lutas e acções, toda a movimentação de massas capaz de defender com eficácia os interesses, direitos e garantias das classes trabalhadoras em Portugal.

«Os diversos pontos de vista existentes no seio do Movimento Sindical puderam exprimir livremente as críticas, as alternativas e as concordâncias, relativamente aos vários projectos em discussão», seria ainda salientado na intervenção de encerramento, dando o devido realce à democraticidade do Congresso, à exclusão integral do divisionismo, (que não existe no seio da CGTP-IN)

e à solidez da unidade interna da Central de todos os trabalhadores portugueses.

O carácter internacionalista do Congresso, provando novamente que a CGTP-IN não está isolada no plano internacional (antes reforça os seus apoios solidários) a recusa frontal de um Governo empenhado no assalto a tudo o que de mais válido os trabalhadores conquistaram no 25 de Abril, o fortalecimento indiscutível da organização, o reforço da unidade e a indicação clara do caminho das lutas de massas para parar a ofensiva reaccionária contra os direitos e interesses vitais das massas trabalhadoras marcarão a história deste Congresso e da CGTP-IN que continuará a ser um baluarte dos trabalhadores portugueses.



A defesa intransigente das nacionalizações e de todas as conquistas revolucionárias de Abril

Tomando nas mãos as conquistas de Abril

A CGTP-IN toma nas suas mãos as conquistas de Abril. Presentes em todas as grandes decisões do Congresso, aprovadas por unanimidade e aclamação, ou pela esmagadora maioria dos delegados, a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão, as liberdades, direitos, garantias e a Constituição de Abril serão defendidos pelos trabalhadores organizados e pelas massas trabalhadoras como «bases indispensáveis ao desenvolvimento económico perspectivado na satisfação das mais sentidas necessidades do povo português». Assim o determina o Programa de Acção como «fundamentos do actual regime democrático para cuja salvaguarda e realização plena é determinante a intervenção dos trabalhadores».

Como foi demonstrado nas 141 intervenções dos delegados e no apoio amplamente manifestado por todos eles, Armando Teixeira da Silva sintetizou na intervenção final o período «complexo e difícil para os interesses dos trabalhadores e da democracia» em que decorreu o III Congresso.

No plano político, verificou-se «o acesso ao Poder da direita anticonstitucional e golpista»

e acentuou-se «a dependência face ao imperialismo, o que toma ainda mais importante, para o futuro do regime democrático, a defesa intransigente da Constituição de Abril».

No plano económico, agudiza-se «a recuperação capitalista, dos latifundiários e do imperialismo; agravam-se os problemas e compromete-

«se esboçam novos esquemas para dividir os trabalhadores, indício das preocupações das forças divisionistas, o que reflecte claramente o fracasso da UGT».

Todas essas realidades foram demonstradas pelo III Congresso. Mas confirmou-se que «nos últimos três anos foi bem patente o papel decisivo da luta desenvolvida pelos

social de apoio ao regime democrático;

- A defesa da legalidade constitucional e democrática;
- A inviabilização e derrota da política subversiva do actual Governo e da actual maioria;
- A contribuição, no âmbito de actuação do Movimento Sindical, para o desmascaramento, isolamento e final derrota do actual Governo e da actual maioria em próximas eleições, na perspectiva da formação de um governo democrático que dê cumprimento à Constituição.

O III Congresso, que não separa essas «direcções políticas prioritárias» da luta pelas reivindicações imediatas de carácter económico e social, designadamente a melhoria dos salários, do poder de compra e das condições de vida, mandou o novo secretariado da Central «para promover, nos momentos apropriados, as formas de luta aptas a garantir a vitória», competindo a todo o Movimento Sindical a responsabilidade, que o Congresso lhe atribui, de «preparar e organizar a luta de massas, tendo em conta o seu papel determinante para alterar a actual situação política, na perspectiva da formação de um governo democrático que dê cumprimento à Constituição».

Da resolução político-social destacamos:
«O Movimento Sindical organizado em torno da CGTP-IN não é apolítico e tem uma visão sobre a sociedade e o Estado definida à luz dos interesses de classe dos trabalhadores com rejeição de qualquer forma de conciliação estratégica com o grande capital. Aos trabalhadores não é indiferente a natureza de classe das forças que detêm o poder do Estado e o exercem sobre toda a sociedade. Neste momento, essas forças são dominadas pelo grande capital interno e estrangeiro e pelos grandes proprietários de terras e, se as deixassem, elas destruiriam tudo o que os trabalhadores e o povo conquistaram depois do 25 de Abril.»

- se o desenvolvimento independente do país».

No plano social, deteriora-se a situação dos trabalhadores e o desemprego aumenta. «Os sucessivos ataques do patronato e da reacção conduzem à agudização dos conflitos sociais».

No plano sindical, a análise da «escalada divisionista, apoiada pelo aparelho de Estado e pelos órgãos de informação do patronato e da reacção» leva a concluir que

trabalhadores para impedirem que os nossos inimigos atingissem os seus objectivos». E isso porque subimos defender, no fundamental, as conquistas da Revolução e manter abertas as esperanças de Abril.

Para reforçar ainda mais essa trincheira, o III Congresso da CGTP-IN, «no pleno exercício dos seus direitos legais e estatutários», define como direcções políticas prioritárias:

- O alargamento da base



Uma participação numerosa, atenta e eficaz



Para o êxito das lutas de massas Unidade orgânica e unidade na acção

O princípio da unidade e a sua aplicação prática a todos os níveis do movimento sindical foi um dos temas do III Congresso. O reforço eficaz da unidade dos trabalhadores e dos sindicatos tem sido e continuará a ser uma actividade incansável da CGTP-IN.

Embora inseparáveis, podemos considerar, para maior clareza apenas, dois aspectos da unidade sindical: a unidade orgânica e a que se desenvolve na acção. Esta tem a sua sede principal nos locais de trabalho. A outra depende fundamentalmente das estruturas do movimento sindical. Ambas se conjugam na organização e é através dela e dos outros princípios praticados pela CGTP-IN que se amplia a força e a influência dos sindicatos no interesse de todos os trabalhadores.

A unidade na acção teve expressão superior e bem clara nos últimos três anos, depois do Congresso de Janeiro de 1977, nas lutas desenvolvidas nos locais de trabalho, designadamente pela contratação colectiva, contra os despedimentos, contra a repressão patronal e pelos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores nas empresas. Depois do Congresso de 1977, registaram-se 3135 conflitos ao nível de empresa. O tratamento desses conflitos demonstra, segundo o Relatório do secretariado nacional da CGTP-IN, que «eles cresceram na mesma medida em que o patronato, aproveitando a conjuntura política que lhe era favorável, foi aumentando a sua arrogância. Assim, de 1977 para 1979 esses conflitos aumentaram cerca de 4 vezes».

Greves e paralisações

As greves e paralisações, na sua esmagadora maioria em defesa da contratação colectiva (70%), incidiram também,

sobretudo em 1978, na luta contra a entrega de empresas, as desintervenções abusivas e ilegais, caminho aberto para os despedimentos e para a repressão revanchista do patronato sabotador. No ano seguinte, entre a luta contra os despedimentos e a repressão (59%) merece relevo indiscutível o número de lutas de solidariedade para com trabalhadores despedidos pela

sua acção na defesa das liberdades e direitos sindicais e em defesa da Reforma Agrária.

Pela contratação colectiva

No campo sectorial, durante os últimos três anos, a contratação colectiva foi o elemento de maior

mobilização e combatividade. Segundo o Relatório do secretariado da CGTP-IN, «mais de 4 milhões de dias de greve e mais de 8 milhões de horas de paralisação são os números mais significativos dessa frente de luta que atingiu os seus valores mais elevados entre o 2.º semestre de 1978 e o 1.º semestre de 1979».

No âmbito regional, mais de 80 por cento das lutas

decorreram na zona da intervenção da Reforma Agrária com os trabalhadores agrícolas empenhados na defesa daquela conquista da Revolução.

Manifestações e concentrações

No plano nacional, as lutas de massas dos últimos três

anos tiveram um reflexo notável nas manifestações-concentrações nos principais centros populacionais do país: 31 de Junho de 1977; 17 de Novembro do mesmo ano; 27 de Novembro/Dezembro de 1978; 15 de Março de 1979; e 11 de Junho do mesmo ano.

Todos os indicadores apontados constituem níveis seguros para avaliar a importância do reforço da

unidade na acção, que se manifestou também nas jornadas grandiosas do 1.º de Maio, a par da nítida evolução da consciência de classe das massas trabalhadoras, da sua combatividade e organização.

Organização

Nesse último aspecto, a nível sindical, é de salientar

o reforço e consolidação das estruturas da CGTP-IN no período que decorreu entre os dois Congressos. A representatividade da Central aumentou com a filiação de mais 35 sindicatos. As lutas de massas e as integrações e fusões reduziram substancialmente a pulverização sindical. Nos últimos três anos, sem contar os processos em curso, foram extintos 28 sindicatos, 9 dos quais por integração e restantes 19 por fusões, dando origem a 5 sindicatos.

Avançou-se também na verticalização, sobretudo nos distritos de Lisboa e Setúbal, com movimentações em quase todos os sectores de actividade.

Aumentou o número de federações e uniões distritais e locais. Por iniciativa da CGTP-IN, criaram-se mais 5 federações desde Janeiro de 1977. Existem hoje 20 desses organismos intermédios representando cerca de 188 sindicatos. As uniões também aumentaram. Presentemente são 20 locais e igual número nos distritos. Em Janeiro de 1977, na altura do Congresso anterior, existiam 18 uniões distritais e 8 locais.

Todos os elementos apontados, juntamente com o funcionamento regular dos órgãos da CGTP-IN (secretariado nacional, plenário e conselho geral) com a melhoria da organização entre os jovens e as mulheres, com a intensificação da formação sindical, bem como da informação e propagação com a vontade decidida de resolver os problemas que ainda subsistem no sector da administração e finanças dos sindicatos, põe a Central a mostrar no III Congresso a sua capacidade inigualável de conduzir com êxito as lutas de massas que se aproximam, de defender as conquistas de Abril e de continuar na primeira linha do combate pela defesa dos interesses de todos os trabalhadores.



Aberto a todos os sindicatos



Nenhum compromisso com o divisionismo

A unidade é considerada pela CGTP-IN como «condição estratégica fundamental para a completa emancipação dos trabalhadores». Reaprovados no Congresso, os princípios que norteiam a acção da Central unitária opõem-se frontalmente ao grémio divisionista que dá pelo nome de «UGT». Quaisquer cedências ou compromissos com essa associação são recusados com firmeza e sem qualquer ambiguidade.

Novamente confirmada pelo peso esmagador do voto na sua qualidade de **organização sindical unitária, de classe, independente, democrática e de massas**, a CGTP-IN

caracteriza a «UGT» como «um instrumento de diversão controlado pela direita» para consagrar a divisão sindical.

A «UGT» não é uma organização que defenda os interesses dos trabalhadores. Segundo afirmam os dirigentes do grémio amarelo, a «UGT» tem um programa que **não é incompatível com o programa da AD** — a aliança do «grande patronato organizado na CIP, CAP e CCP», clara e **confessadamente** empenhada na subversão do regime constitucional.

Um dos documentos fundamentais do III Congresso, o Programa de

Acção, que nunca confunde os interesses dos trabalhadores filiados nos sindicatos «UGT» com os interesses e ambições dos promotores do divisionismo infiltrados no movimento sindical, inclui, na defesa e reforço da unidade, «o combate firme ao divisionismo e aos sindicatos paralelos». Mas ao mesmo tempo sublinha a necessidade de «estimular, a todos os níveis das estruturas sindicais, a participação activa dos trabalhadores com as mais variadas formas de pensamento» que tenham real expressão entre eles, procurando «a convergência de opiniões diversificadas»

com vista à defesa dos interesses comuns.

Pelos factores que caracterizam a sua constituição, pelo programa adoptado, pela prática seguida e pela sua posição face ao regime democrático constitucional, a «UGT» nunca defendeu esses interesses, que por serem comuns e de classe, não são os desta ou daquela categoria profissional isolada com alguns trabalhadores momentaneamente iludidos pelas «promessas» da direita e dos seus agentes empenhados na divisão sindical.



Reforçada a representação unitária no órgão dirigente da CGTP-IN

O novo secretariado

Apresentado ao III Congresso sob uma ovação calorosa e solidária, que distinguiu fraternalmente cada um dos escolhidos e todo o colectivo dirigente, o novo secretariado nacional da CGTP-IN tem mais do que o anterior 8 elementos efectivos e 2 suplentes. Eleitos numa lista única por uma percentagem de 94,4 por cento do total dos votos, os 45 membros do órgão dirigente da Central única e unitária dos trabalhadores portugueses para os próximos três anos são 25 operários (2 da agricultura) 2 pescadores, 15 empregados, 3 quadros técnicos. A lista eleita inclui 8 mulheres trabalhadoras de vários sectores. Entre elas, e pela primeira vez, uma empregada do serviço doméstico.

Do anterior secretariado continuam em funções, segundo os resultados eleitorais de 8 do corrente: Alice Rocha, Alvaro Rana, Antero Martins, Armando Teixeira da Silva, Belmiro dos Santos Alves, Carlos Carvalho, Gualdino Reis, João Pacheco Gonçalves, Joaquim Calhau, José Alberto Dinis, Santana Costa, José Encarnação, José Ernesto Cartaxo, José Luís Judas, Kalidás Barreto, Manuel Freitas, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Lopes, Maria do Carmo Tavares, Maria Emília Reis Castro, Rogério Torres, Ruben Rolo e Valdemar Henriques, como efectivos;

e António Calarão, Custódio Ferreira e Diamantino Alturas, suplentes.

Pela primeira vez, foram eleitos como membros efectivos: António Maria Quintas (Metalúrgicos de Setúbal), Carlos Trindado (Portaria, Vigilância e Limpeza), Florival Lança (União dos Sindicatos de Lisboa), Francisco de Sá Pereira (União dos Sindicatos do Porto), Gaspar Militão Ângelo (Pescadores de Matosinhos), José da Costa Oliveira (Construção Civil de Braga), Manuel Vicente (Agricultores de Évora), Maria de Jesus Conceição Ramos (Serviços Domésticos), Maria de Jesus Belchior da Lança Carvalho (Federação do Comércio) e Rosa Maria Sousa Marques (Função Pública da Zona Sul e Açores). E como suplentes: António Gonçalves (Cames do Sul), Inácia Lopes (Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), Joaquim Almeida da Silva (Metalúrgicos), Maria do Céu Ferreira de Jesus (Têxteis da Beira Alta), Armando Alves da Silva (Escritórios de Viana do Castelo), Joaquim Maria Lourenço (Indústrias Transformadoras de S. Miguel, Açores), Quintino Aguiar (Construção Civil e Madeiras de Lisboa), José Jorge Ferreira (Metalúrgicos de Coimbra), Fernando Garcia da Silva (Hotelaria de Faro).

A média de idades é de 36 anos.

Grande apoio internacional

Seria impossível reproduzir aqui a riqueza e a variedade das intervenções dos delegados estrangeiros no III Congresso da CGTP-IN. Todas as correntes sindicais com representatividade mundial e regional trouxeram, através de alguns dos seus mais destacados dirigentes, a sua saudação fraterna aos trabalhadores portugueses. Pela tribuna do Congresso passaram, durante quatro dias, os problemas, as lutas, os êxitos, os anseios das massas trabalhadoras de todo o mundo.

A CGTP-IN pode contar com a solidariedade e o apoio fraternal de organizações internacionais que representam milhões de trabalhadores, como a FSM (Federação Sindical Mundial) a CMT (Confederação Mundial do Trabalho), a OUSA (Organização de Unidade Sindical Africana), a CISA (Confederação Internacional dos Sindicatos Arabes), a CPUSTAL (Congresso Permanente de Unidade Sindical dos Trabalhadores da América Latina) e a CLAT (Central Latino-Americana de Trabalhadores).

A lista das delegações fraternais, como as designou o III Congresso, incluía 56 organizações, sendo naturalmente em maior número as de âmbito nacional. Entre elas estavam presentes as centrais de todos os países socialistas, de países africanos, incluindo a República

Popular de Angola, a República Popular de Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, África do Sul, Namíbia, Argélia e Marrocos, da Palestina, do Chile, Espanha, França (CGT e CFDT), Itália, Bélgica, Austrália, Bolívia, Canadá, Chipre, Finlândia, Iraque, Síria, Reino Unido, Venezuela, Uruguai.

A Associação dos Originários de Portugal, organismo representativo dos emigrantes em França enviou uma saudação. Como convidados especiais estiveram presentes a Organização Internacional do Trabalho e a CEE.

As saudações dos delegados estrangeiros foram a prova concludente do apoio internacional, vasto e diversificado, de que beneficia a CGTP-IN no interesse de todos os trabalhadores portugueses. Aqueles que gostariam de ver a Central isolada e fazem campanha para isso podem aí pôr os olhos e abandonar ambições sem fundamento.

«Sinceramente interessada em cooperar com todos os sectores do Movimento Sindical Internacional, sem qualquer excepção», a CGTP-IN renovou no III Congresso o seu «solene apelo à CISA» que, apesar de convidada não se fez representar, «para em conjunto encontrarmos soluções para os problemas que afligem actualmente os trabalhadores».



União Soviética



Uruguai



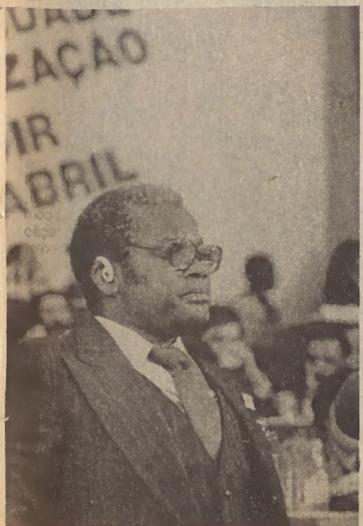
Angola



Vietname



Moçambique



Namíbia



Guiné-Bissau



Cabo Verde



Chile



III Congresso da CGTP-IN

Reforma Agrária nacionalizações e comunicação social no alvo das lutas de massas

Nos dias 25, 26 e 27 do corrente, os sindicatos usando dos seus legítimos direitos no quadro do regime democrático, organizarão em todo o país, manifestações e outras formas de luta em protesto contra o assalto à Reforma Agrária, conduzido pelo Governo. Correspondendo ao apelo lançado pela Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul e pelos Secretariados e União Distritais das UCP's/Cooperativas Agrícolas, o III Congresso da CGTP-IN na moção aprovada por unanimidade e aclamação decidiu promover essa jornada de luta a nível nacional.

Aprovada também pelo III Congresso, uma moção sobre a liberdade de expressão apela à participação dos

trabalhadores na concentração marcada para hoje, pelas 19 horas, junto à Secretaria de Estado da Comunicação Social, para protestar, nomeadamente, contra a declaração em «situação económica difícil» das duas maiores empresas do sector, a RDP e a EPNC (Empresa Pública Notícias/Capital).

Em defesa das nacionalizações e com base no aniversário da banca e dos seguros nacionalizados era entretanto marcada para amanhã uma manifestação de apoio em Lisboa.

Na moção sobre a Reforma Agrária, o III Congresso «apela para uma mais larga, activa e decidida solidariedade de todos os trabalhadores do país e de todas as forças

democráticas» em defesa daquela conquista de Abril. Apela ainda «aos órgãos de soberania no sentido de serem tomadas medidas para pôr fim imediato a esta ofensiva contra os trabalhadores, contra a produção, contra a Constituição e contra o regime democrático».

Pela reintegração dos amnistiados

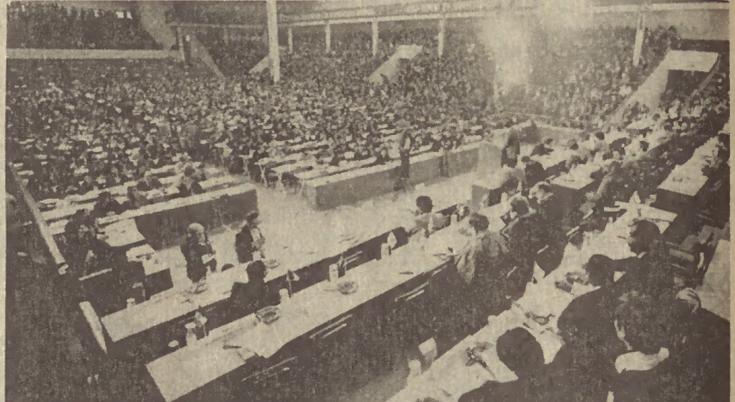
Na moção acerca da liberdade de expressão, o III Congresso considera que a actuação do Governo no domínio da Comunicação Social se destina a «instaurar um clima generalizado de arbitrariedade, prepotência e repressão» e exige, nomeadamente, «o cumprimento da Lei da Amnistia, promulgada pelo

Presidente da República, no caso dos trabalhadores despedidos da Televisão e da Rádio na sequência do 25 de Novembro». Considerando que «a recondução desses trabalhadores seria um importante factor de estabilização e de restauração da normalidade democrática», a moção manifesta «a sua solidariedade militante para com todos os trabalhadores da Comunicação Social que ainda mantêm acesa a vela do pluralismo e independência e sobre quem recai o ódio do Governo e Comissões Administrativas».

Centenário de Camões

«Os trabalhadores são os principais interessados na

preservação e máxima difusão dos valores culturais da sua pátria», lê-se numa outra moção aprovada no III Congresso sobre o IV centenário da morte de Camões. Exigindo às «autoridades oficiais que assegurem as condições para a maior participação popular nas celebrações» daquele centenário, o III Congresso deliberou que «o Movimento Sindical promova iniciativas de divulgação da obra de Camões e dos seus valores entre os trabalhadores, mandatando para esse efeito o secretariado nacional da CGTP-IN e apelando a todas as organizações sindicais e às forças democráticas em geral para garantirem a maior amplitude de tais iniciativas».



O III Congresso apontou a luta de massas como factor decisivo para alterar a actual situação político-social

Divisionismo Reforma Agrária Participação

• 3 delegados falam ao «Avante!»

O Sindicato Agrícola de Viseu foi constituído em meados de 1976 por seiscentos e tal trabalhadores. De então para cá e paralelamente ao seu crescimento, floresceu uma situação divisionista que tem dificultado a acção deste organismo sindical. A nossa reportagem recolheu uma curta exposição de Abel Lopes Almeida, delegado do Sindicato Agrícola de Viseu ao III Congresso da CGTP-IN, sobre essa situação.

Tudo começou no dia da constituição do Sindicato, em meados de 1976. Nesse dia surgiu um autodenominado grupo de representantes de «trabalhadores agrícolas da Vouzela», os quais nunca tinham aparecido nas várias pró-comissões que prepararam a formação do Sindicato. Dois deles, apresentando-se fraudulentamente como «trabalhadores agrícolas», ficaram integrados na Comissão Directiva do Sindicato onde exerciam, nas vezes que lá apareceram, uma permanente obstrução.

Em Setembro de 1977 realizaram-se as primeiras eleições do Sindicato, tendo a elas concorrido apenas a lista apresentada pelo

Executivo, e que foi eleita. O grupo divisionista, que não concorreu às eleições e nem sequer as impugnou, forjou umas «eleições» dois meses depois, donde saiu um Sindicato paralelo e uma «comissão directiva» que passou a actuar na base da legalidade, falsificando o selo branco do Sindicato e cobrando quotas ilícitamente, reivindicando-se como o «Sindicato autêntico».

Procurou-se um entendimento com os divisionistas, mas a proposta destes era inaceitável: dissolução da Direcção do Sindicato e a formação de uma nova CD, integrando-os. Posteriormente em Assembleia Geral realizada em Lamego e convocada por comunicado conjunto da Direcção do Sindicato e reformada e apoiada pelos trabalhadores. Finalmente nas eleições realizadas em Maio do ano passado, os divisionistas nem sequer apareceram.

Madalena Amaral, membro efectivo da Direcção do Sindicato dos Químicos do Norte e delegada

do seu Sindicato ao III Congresso da CGTP-IN, concedeu-nos uma curta entrevista.

Avante! — Qual o número de sindicalizados...?
Madalena Amaral — O Sindicato dos Químicos do Norte tem à volta de 12 000 sindicalizados.

Av. — Este Sindicato não está filiado na CGTP-IN, não é verdade?

M.A. — Não, este Sindicato não estava nem está filiado na INTER, e até 1977 não participou em quaisquer iniciativas do movimento sindical unitário; com a entrada desta Direcção em 1977, que surgiu na sequência da vitória de uma lista unitária, passou a fazê-lo, integrando todas as lutas e realizações que, desde então, foram desenvolvidas pelo Movimento Sindical Unitário.

Av. — Perspectivas para o futuro...?

M.A. — Uma das tarefas previstas para este biénio 1979/81 é encaminhar o Sindicato para a filiação na CGTP-IN, pois por um lado não faz sentido participarmos em todas as iniciativas do Movimento Sindical Unitário, permanecendo «exteriores» a ele, e por outro — e fundamentalmente



Madalena Amaral



Abel Lopes Almeida, à direita, com o redactor do «Avante!»

— por entendermos que é no seio do movimento sindical e da sua central única, a CGTP-IN, que os trabalhadores podem construir a sua unidade na defesa dos seus interesses, particularmente agora, tempo de Governo «AD», o Governo da direita.

A minha eleição para o Secretariado da CGTP-IN é um estímulo para o meu trabalho

sindical e vai abrir possibilidades de trazer ao movimento sindical em geral os problemas do dia-a-dia da Reforma Agrária — afirmou-nos Manuel Vicente, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora e que neste Congresso foi eleito para o Secretariado da Central Sindical portuguesa. Mais à frente dir-nos-ia que o Secretariado da INTER sempre desenvolveu um trabalho no sentido da defesa da Reforma Agrária, mas muitas vezes as coisas não chegavam



Manuel Vicente, delegado do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora, eleito pela primeira vez para o secretariado nacional da CGTP-IN

à INTER com a brevidade necessária devido ao facto, fundamentalmente, de não haver um elemento de ligação. Finalmente, falando de perspectivas para o futuro, Manuel Vicente referir-nos-ia algumas prioridades de acção, nomeadamente dar maior dinâmica à Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul, dar maior apoio aos Sindicatos Agrícolas do Norte e Centro e, claro, melhorar as ligações entre os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e a CGTP-IN.

O relógio implacável

Implacável, aos 5 minutos o som desaparecia. Os delegados continuavam a falar no meio das ovações, levantavam a voz, erguiam o punho, soltavam um viva que não se ouvia. Mas as palavras não morriam. Repercutiam-se na sala em milhares de vozes que vibravam nos gritos de unidade, na recusa frontal da política do Governo, no apoio às lutas de massas.

O tempo foi o grande inimigo do Congresso. Para cumprir sem falhas a ordem de trabalhos, como acabou por suceder, os delegados tinham 5 minutos para cada intervenção. Ao fim desse tempo, um relógio implacável retirava-lhes a palavra! O sistema electrónico não perdoava! Um quadro com as três cores dos semáforos começava a piscar pouco antes do vermelho e era o fim. Quando essa cor aparecia, a frase ficava a meio e a voz era abafada pelas palmas.

Mesmo assim, foram muito frequentes as intervenções lidas na íntegra. Bastava tê-las bem medidas. Muitos delegados, a maioria, assim fizeram. Mas com amplificação ou sem ela, nunca, o ambiente caloroso e fraterno foi perturbado. Uns sussurros vindos dos milhares de convidados prontamente desapareciam à mínima advertência da mesa.

Conduzidos com rigor, os trabalhos decorreram com entusiasmo, por vezes, num ambiente de festa pela certeza da força ali demonstrada. Correntes com expressão entre trabalhadores manifestaram-se à vontade. Ninguém perturbou, nem foi perturbado. O divisionismo não tem voz no seio do Movimento Sindical.

As «delicadas dúvidas» da RTP

Um porta-voz da RTP, ouvido pela Rádio comercial, no noticiário das 22 horas da última terça-feira afirmava que a decisão de anular o tempo de antena legalmente atribuído à CGTP-IN cabia à comissão administrativa da Televisão com base, segundo afirmou, em «delicadas dúvidas» daquela comissão acerca das entidades a quem cabe aquele direito regulamentado por lei.

Comentários para quê? Alguém esperava que a RTP — versão «AD» procedesse doutro modo? O que espanta é a impunidade de uma comissão administrativa que, por «delicadas dúvidas» não cumpre a lei, substituindo-a pelo arbítrio e a arrogância do laçoio quando sente as costas quentes.

Serventuária da direita e da sua coligação reaccionária no Governo, a CA da RTP procede afinal, por outro meio, como toda a imprensa da direita, ao procurar esconder e denegrir uma realidade que a assusta: a força dos trabalhadores.

O grémio amarelo da «UGT»

No capítulo intitulado «Defesa da unidade contra o divisionismo sindical», o Relatório do secretariado da CGTP-IN, para o período decorrido entre os dois Congressos, faz um balanço da actividade divisionista, caracterizando deste modo a prática do grémio amarelo que define a CGTP-IN como «inimigo principal»:

«O divisionismo da «UGT», a sua prática antidemocrática, a sua dependência em relação a partidos políticos e ao imperialismo, o seu recelo das massas trabalhadoras, a sua abdicção dos princípios de classe são hoje factos que os trabalhadores verificam no dia-a-dia.

«O carácter antidemocrático da UGT está comprovado pela forma como foi realizado o seu «Congresso», na nomeação dos seus dirigentes, na formação dos

seus 38 sindicatos paralelos (muitos criados após derrotas em eleições democráticas), na escandalosa usurpação do Sindicato dos Escritórios do Porto, com o apoio e o conluio do governador civil, etc., etc.

«A dependência da UGT em relação a partidos e ao imperialismo é determinada pelas negociações que estiveram na base da sua constituição e no comprovado apoio financeiro que recebe das centrais sindicais ligadas ao imperialismo.

«O recelo da UGT das massas trabalhadoras está patente nos seus estatutos-tipo que afastam os trabalhadores dos órgãos deliberativos, limitando a sua participação a meros actos eleitorais que se realizam de 3 em 3 anos.

«O divisionismo da UGT é comprovado não só pela sua

própria existência, como pela acção desagregadora que desenvolve ao nível da contratação colectiva (contratos de hotelaria, material eléctrico, etc., etc.) na traição e calúnias que lança contra as lutas dos trabalhadores, como aconteceu recentemente quando das acções de massas contra o congelamento dos 40 CCT's e nas greves do sector dos transportes.

«A abdicção dos princípios de classe por parte da UGT está bem patente no seu programa de acção e concretiza-se nos descabelados apelos à realização de pactos sociais, na aceitação da imposição do tecto salarial, no pseudo-apolitismo face ao Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, etc., etc.»

É este, em síntese, o perfil verdadeiro do grémio amarelo que concretiza «a fase actual do divisionismo».



93% dos operários estão na CGTP-IN

Existem em Portugal 338 sindicatos que representam 1 969 060 trabalhadores sindicalizados. Numa percentagem única em todo o mundo, essas associações reúnem 93 por cento do total dos assalariados.

De Janeiro de 1977 até à realização do III Congresso, filiaram-se na CGTP-IN 35 sindicatos que representam 263 806 trabalhadores. Da filiação desistiram apenas 2 sindicatos com 1620 trabalhadores.

Hoje, estão filiados na CGTP-IN 201 sindicatos representando 1 500 103 trabalhadores: 76,27 do total de sindicalizados.

A CGTP-IN, através dos sindicatos filiados, representa, relativamente aos respectivos totais em Portugal, 93% dos operários, 79% dos trabalhadores dos transportes, 52% dos trabalhadores de serviços e 36% dos quadros técnicos, intelectuais e artistas.

Dos 137 sindicatos restantes (469 952 trabalhadores filiados — 24%) participam regularmente nas estruturas da CGTP-IN e nas suas acções e lutas 61 sindicatos que representam 180 245 trabalhadores.

Além disso, entre aquelas 137 associações não filiadas há 38 (58 172 trabalhadores representados) que mantêm uma posição alheia às estruturas da CGTP-IN, mas que também não se identificam com os divisionistas.



Na resolução sobre o 1.º de Maio o III Congresso da CGTP-IN deliberou fazer desse dia «uma grandiosa jornada de combate pelos interesses dos trabalhadores, em defesa das liberdades, do regime democrático e da Constituição, pelo isolamento e derrota da direita no Governo».

Exigimos!

grito de muitas vozes em Arraiolos

«Somos das Cooperativas Santana do Campo e Tourega. Estamos aqui com os tractores e as alfaias porque não temos terra para as máquinas, não temos pastagens para o gado. Queremos trabalho, queremos produzir, não queremos desemprego. Exigimos do Governo uma solução.»

Estas as primeiras palavras ditas ao «Avante!» por trabalhadores de mais duas cooperativas atingidas pela ilegalidade e violência brutal do Governo da Aliança Reaccionária. Proferidas em pleno Largo de Arraiolos, no início da tarde de quinta-feira passada, um sol ameno tombando sobre os homens e mulheres e arrancando brilhos metálicos às máquinas que à míngua de terra ganham as estradas, penetram nas vilas numa forma de luta nova contra a ofensiva do Governo dos latifundiários:

«Exigimos que a terra volte para as nossas mãos porque queremos trabalhar!»

Por esta reivindicação que atravessa todos os espaços da zona de intervenção flagelados por roubos e arbitrariedades, por brutalidade e tentativas de destruição, estiveram concentrados, no Largo de Arraiolos durante 48 horas, todos os trabalhadores das UCP Santana do Campo e Tourega do Vimieiro e mais ainda os muitos que vindos das fábricas se chegavam ao fim do dia e mais ainda as teceadeiras dos tapetes de Arraiolos solidárias desde

o primeiro momento, muitas donas-de-casa e mais ainda alguns pequenos comerciantes que vinham com a bebida quente, o pão, o chouriço, quando o frio da noite fazia acender as fogueiras.

Dia e noite, durante quarenta e oito horas, os trabalhadores desalojados da sua terra permaneceram com o maior peso da gente da vila apoiando-os no largo. Com eles, a Câmara Municipal que em Arraiolos é mesmo autarquia do povo. E ao mesmo tempo que, no largo, os homens e mulheres das cooperativas iam aguentando — apenas ao cair da noite, várias trabalhadoras abalavam, os filhos a pedir cuidados em casa, para voltarem muito cedo pela manhã — delegações dos trabalhadores, com representantes sindicais e do Secretariado deslocaram-se a audiências com a Governadora Civil de Évora, com os Grupos Parlamentares do PCP, MDP e PS na Assembleia da República, com o Secretariado da Estruturação Agrária.

Só na sexta-feira à noite, os trabalhadores levantaram a concentração. Mas este deixar a praça, este abandonar o largo, é apenas o concluir de uma forma de luta. Outras e de maior movimentação estão projectadas pelos trabalhadores das UCP's/Coop. e pelas suas organizações de classe em simultâneo com o movimento sindical unitário. E nestas lutas, os dias 25, 26 e 27 constituirão mais uma etapa.



As razões desta forma de luta...



Trabalhadores das UCPs Santana do Campo e de Tourega do Arraiolos: a falta de terras, que o Governo lhes rouba para entregar a agrários, leva as máquinas até às vilas. Objectivo: terras para trabalhar, pôr as máquinas a produzir

Porque estamos aqui

«ESTAMOS aqui porque há três semanas que a marcação de uma reserva na Herdade da Oleirita nos deixou sem terra suficiente para as máquinas e lançou 60 trabalhadores no desemprego. Nós tentamos voltar por diversas vezes à herdade porque a reserva é ilegal, porque as terras com os agrários são só terras de produção perdida. Há uma seara que está a chegar a perder-se e a gente

quis-lhe deitar a mão, temos ali empenhado muito esforço e sacrifício.

Mas de muitas das vezes, que fomos — e iremos — para trabalhar, apanhamos com a guarda. Para isso, o ir para as terras é apenas uma forma de luta a juntar-se a outras nas vilas para que toda a gente saiba a nossa situação.

João Gregório Silva, Presidente da UCP Santana do Campo.

• Havemos de voltar às terras!

SOMOS 96 trabalhadores na Cooperativa da Tourega do Vimieiro e todos nós ficámos sem terra porque ontem, quarta-feira dia 5, reduziram a nossa cooperativa a dois bocadinhos um de cada ponta de duas enormes reservas que nos roubaram. A nossa área era de 1853 hectares e marcaram duas reservas, uma de 450 ha, outra de 499 ha, as duas juntas, a meio da cooperativa, deixando um punhado para os trabalhadores de um lado e do outro.

Levaram-nos o regadio, uma bela várzea, roubaram-nos toda a terra com aptidão agrícola, deixaram dois bocados ruins, sem água — a água para lá chegar tem de ser bombada —, terra insuficiente mesmo para o gado que nem pode passar de um lado para o outro da cooperativa porque tem a reservas a meio. Logo quando da primeira reserva, levaram-nos 107 vacas, todas as alfaias, ocuparam os nossos escritórios, os casões de máquinas. Mas não é tudo. Até das nossas casas que ficam no

monte fomos desalojados! Sacudiram-nos das nossas terras, dos nossos lares! Deixaram-nos completamente sem nada. E porque não temos nada, não temos nada a perder. A gente não desiste da luta. As reservas são ilegais mesmo perante essa lei ilegal que é a Lei Barreto. O rendimento não tem direito a terra nenhuma porque já recebeu 5400 contos de indemnização por bens expropriados, e assinou uma declaração renunciando à reserva. Aliás, só com muita cegueira se pode dizer que este homem, ao qual o agrário deixava lá fazer uns bocados ruins, sem água — a água para lá chegar tem de ser bombada —, terra insuficiente mesmo para o gado que nem pode passar de um lado para o outro da cooperativa porque tem a reservas a meio. Logo quando da primeira reserva, levaram-nos 107 vacas, todas as alfaias, ocuparam os nossos escritórios, os casões de máquinas. Mas não é tudo. Até das nossas casas que ficam no

Arlândino Cascalho, trabalhador da Cooperativa da Tourega

• Pequenos agricultores sofrem por tabela

SOU um pequeno agricultor. Estou com os trabalhadores das Cooperativas porque vejo que é uma luta justa aquela que eles travam porque lhes estão a tirar as terras onde ganham o pão para o sobrevivência, atiram com eles para o desemprego enquanto, a gente tem provas, é só ver, os agrários deixam as terras ao abandono ou metem lá uma ou outra máquina só para fazer o indispensável.

De um modo geral os pequenos agricultores têm sido be-

neficiados com a Reforma Agrária, com as Cooperativas na questão da palha, do mantimento para o gado, na questão do empréstimo de máquinas e na utilização de um lugar que é das Cooperativas mas onde os pequenos agricultores laboraram o azeite nas mesmas condições.

E isto são coisas que nunca tínhamos tido.

Francisco José Pavia, pequeno agricultor com 120 hectares



«De um modo geral os pequenos agricultores têm sido beneficiados com a Reforma Agrária»

• Ataques às cooperativas prejudicam os comerciantes

A luta das Cooperativas é uma luta justa face ao ataque frontal que o Governo lhes impõe com o fim de destruir o projecto do cooperativismo e de enterrar por completo o acesso dos trabalhadores ao trabalho. Antes, os trabalhadores quase não tinham acesso ao trabalho a que têm direito, mas após o 25 de Abril com a criação das Cooperativas, os trabalhadores saíram de casa e sabiam o destino que levavam. E a vida deles melhorou de modo fantástico. Ora com esta mudança, nós comerciantes fomos dos mais beneficiados. Por isso com esta ofensiva vou ser prejudicado como pequeno comerciante tal como vão ser

prejudicados os pequenos industriais, mas afinal é também isso que o Governo quer. Pela minha parte, toda a gente o sabe — nem há guarda que aqui entre na minha loja! — eu estou com os trabalhadores. Aqui no Largo, ali por cima do posto da GNR diz «Pela Lei e pela Grei» que é como dizer pela lei e pelo povo. Pois o Governo manda a guarda contra a lei e contra o povo! Mas a verdade é que os trabalhadores têm já maturação, sabem o que querem. São uns explorados da terra e não querem continuar a sê-lo. Têm-me pelo seu lado.

José Agostinho Valente Teodorico, comerciante



Comerciantes solidários com a Reforma Agrária: uma maneira de se defenderem a si próprios

• Esta é também a minha luta

ESTOU aqui porque a luta da Reforma Agrária é a minha luta porque é uma luta da classe operária. Se a reacção conseguisse vencer a Reforma Agrária, ao mesmo tempo logo atrás iam completamente as nacionalizações, as conquistas de Abril, toda a classe operária seria sacrificada. Por isso estou e estarei com a Reforma

Agrária. E quero dizer que na empresa onde trabalho e na minha classe que é a dos metalúrgicos, fora meia dúzia de lacaios, mais de noventa por cento dos trabalhadores têm a minha posição: solidariedade total com a Reforma Agrária.

Luis Estrada, operário da Metalúrgica Cidade e Irmão



Luis Estrada, operário da Metalurgia Cidade e Irmão: a luta é a mesma



Os trabalhadores fabris estão e estarão com a Reforma Agrária. É preciso que as UCPs/Coop. sintam esta solidariedade

• Têm de sentir que estamos com eles

A razão de eu estar aqui é porque sou um trabalhador fabril, estou cem por cento com a Reforma Agrária, com os trabalhadores que querem construir uma agricultura nova, um país novo. A verdade é que os trabalhadores agrícolas foram explorados mais duramente e sofreram mais vexames do que qualquer outra classe. Por isso eles preferem morrer na luta do que morrer na fome como acontecia antes do 25 de Abril. Querem ter trabalho, pão para si e para os seus filhos e não mais ter de almoçar e jantar bolotas. Eu também passei muito, andei com as calças remendadas no rabo e nos

joelhos mas nunca comi bolotas. Nem foi preciso para agora dizer que a luta deles é a minha luta. Estou sempre onde eles estão. Porque esta é uma luta fortíssima mas é também uma luta de desgasta, uma guerra física e psicológica do Governo para cansar os trabalhadores. É a luta de classes em jogo. Pelas dificuldades desta luta, os trabalhadores da Reforma Agrária têm de sentir muito claramente que os outros trabalhadores e as forças democráticas estão com eles.

Joaquim Maria Gingão, trabalhador da Cooperativa do Divor



Trabalhadoras da Cooperativa de Tapetes de Arraiolos: defender a terra donde vem o pão

• Se a terra não é trabalhada não temos pão para os filhos

ESTOU aqui porque a minha posição é a de que o apoio à Reforma Agrária deve ser duro e firme. É da terra que todos comemos. Se a terra não é trabalhada não temos pão para os nossos filhos, e a economia do país é destruída porque a Reforma Agrária é dos sectores produtivos mais importantes do país.

ios que a população tanto tem apoiado, que passamos tantos momentos difíceis, não temos a mais pequena dúvida que seremos solidários com os trabalhadores das UCPs/Coop. até que lhes seja reconhecida a razão e feita justiça. Custe o que custar os trabalhadores têm de voltar às suas terras.

Nós trabalhadoras da Cooperativa de Tapetes de Arraiolos

Maria Rosa Paula Deus, trabalhadora da Cooperativa de Tapetes de Arraiolos



Dirigentes das UCPs Santana do Campo e de Tourega de Arraiolos e o Presidente da Câmara Municipal falam ao «Avante!»

• Câmara Municipal preocupada com a onda de desemprego

A Câmara Municipal de Arraiolos logo que teve conhecimento destas reservas ilegais, dos trabalhadores lançados no desemprego, tornou público um comunicado de apoio às Cooperativas e tem desenvolvido acções para a resolução dos problemas: concretamente acompanhou a delegação dos trabalhadores a diversas audiências.

A Câmara Municipal esteve e estará ao lado dos trabalhadores porque estes têm a razão ao seu lado, porque o Governo está a destruir as Cooperativas, a Reforma Agrária, lançando uma onda de desemprego neste e noutros concelhos, fazendo baixar a produção e provocando a instabilidade social. Como dizíamos no comunicado que tomámos público, a Câmara Municipal de Arraiolos está atenta ao desenrolar dos acontecimentos e face às graves situações de desemprego que se começam a verificar no concelho desenvolverá todos os esforços junto dos órgãos de soberania, exigindo o fim da ofensiva contra a Reforma Agrária e reclamando a suspensão das reservas marcadas nas UCPs Tourega e Santana do Campo por, além

de ilegais, atirarem para o desemprego com mais uma centena de trabalhadores agrícolas do concelho.

A Câmara ao estar assim de modo incondicional ao lado dos trabalhadores expressa os sentimentos da própria população. Numa reunião efectuada na Câmara, todas as autarquias do concelho, as Casas do Povo, Comissões de Moradores, Grupos Desportivos e Colectividades de Cultura e Recreio, Cooperativas de Consumo, as Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais das empresas da região, Associações de Reformados, a Juventude, Comissões de Mulheres, diversos comerciantes, além de naturalmente as outras, UCPs/Coop. decidiram — e tomaram pública esta posição — prestar aos trabalhadores das Cooperativas afectadas no nosso concelho, toda a solidariedade e apoio moral e material necessários à defesa da sua Cooperativa, acompanhá-los e apoiá-los nas diligências e acções que resolvam levar a cabo dentro do quadro constitucional.

Joaquim Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Arraiolos

Quem diz que as vacas não abalaram com medo?

— entrevista na UCP Bento Gonçalves.

Foi há uma semana que na UCP Bento Gonçalves de Montemor-o-Novo caiu de novo, em peso a GNR. Cerca de 100 guardas, cães-polícias, mais de 20 jipes percorreram a unidade colectiva, de ponta a ponta, em busca de uma manada de 70 vacas alentejanas seleccionadas.

A par do roubo de terras à UCP, o Governo Sá Carneiro, através do MAP, ordenará igualmente o roubo do gado.

«É certo que o agrário a quem querem entregar as vacas, o senhor Manuel António Padeira Júnior, deixou só umas vacas velhas e magras. A Cooperativa está disposta a pagar-lhas pelo justo valor tendo em conta os preços da época. Não está nem pode estar de modo algum disposta a entregar gado novo, seleccionado, gado gordo que aos preços actuais vale cerca de 6000 contos. De qualquer modo a verdade é que nem sabemos onde pára a manada da Cooperativa. As vacas evaporaram-se. A guarda andou aqui por todo o lado à cata delas, deram a volta toda à Cooperativa, ali por montes e vales mas não as encontraram. Que é delas as vacas? Quem sabe? A guarda até foi ter à vacada da UCP «Vasco

Gonçalves» e queriam essa vacada mas os trabalhadores de lá provaram que aquela não era a da Bento Gonçalves. Daí a guarda foi à UCP Pedro Soares e à Cravo Vermelho a ver das vacas. Mas como a gente diz: evaporaram-se. Porque os trabalhadores até só souberam que a guarda vinha cá à cata das vacas na véspera, quase à noite. Se pela manhã, elas tinham abelaido já da Cooperativa, que pode a gente fazer? Quem nos diz que os animalzinhos não se arrocaram da guarda e abalaram? A verdade é que tanto que cá não estão que a GNR não deu por elas e não foi à falta de espiolharer por todo o lado.

Assim nos falou Francisco do Sacramento, presidente da UCP Bento Gonçalves, mais um pequeno agricultor que deixou o descanso de uma pequena vida montada à custa de muito sacrifício — «Até andei nas obras em Lisboa e em campanhas de beterraba em França» — e entrou com a sua terra, as 25 porcas, as vacas taurinas, os motores para a cooperativa a ajudar, desde a primeira hora, a Reforma Agrária a andar para a frente.

— E é por isso mesmo que a gente aguenta e luta: a Reforma Agrária tem de andar

para a frente. Por isso defendemos até ao fim as nossas terras. É preciso que se note que os trabalhadores não se opõem a uma reserva legal, que estamos dispostos a negociar com o senhor Manuel António Padeira mas sem funcionários do MAP e sem guardas... Porque o que se passa é que este senhor só teria quanto muito direito a 35 000 pontos: ele nunca trabalhou a terra, só deixou para aqui mato que nós já sabíamos. A Herdade do Vale do Nobre que os funcionários lhe entregaram em Setembro passado, quando morreram aqui dois trabalhadores, era só emprego para caça anualmente alugada para reserva de caça. E roubaram-nos assim 610 hectares, nos quais algum bom regadio, e mais de 100 hectares de trevo subterrâneo que lá deixámos semeado. A verdade é que a gente não aceitou aquela reserva dada com o correr do sangue dos trabalhadores. E como o agrário nunca lá pôe quase os pés, nem sequer meteu uma charnua nas terras, nós semeámos lá uma bela seara de cevada e aveia na campanha de Outubro, e já tratámos também dos terrenos para a Campanha de Primavera.



Trabalhadores da UCP "Bento Gonçalves": uma cooperativa construída à base do esforço, uma cooperativa defendida à base da certeza de que a sua causa é justa

Uma luta que vem de Setembro uma luta que custou vidas

É verdade. Nas terras dadas de reserva, no ano passado, ao agrário Padeira, cresce numa grande extensão de verde tenro, a seara de cevada e aveia semeada pelos trabalhadores. E do outro lado do caminho que conduz à casa do monte, em terra utilizada como pastagem, semeada aqui e além de algumas oliveiras, morreram em Setembro passado, dois trabalhadores sob balas criminosas: António Maria Casquinha de 17 anos e João Geraldo Caravela de 57 anos, ambos da UCP «Salvador Joaquim do Pomar» que se encontravam em terras da Bento Gonçalves na mesma luta contra o roubo dos agrários.



Desde que a Herdade do Vale do Nobre foi ilegalmente entregue ao agrário Padeira, a desolação no monte e nas terras salta à vista. Salvam-se as searas que os trabalhadores fizeram, mesmo após a demarcação da reserva, arriscando-se à repressão e a julgamentos em Tribunais

na cooperativa, puseram-se à frente das vacas a saber do seu destino. As vacas assustadas, espirram cada uma para a sua banda, a guarda e os agrários viram sair-lhes da mão a vacada, avançaram brutalmente, os trabalhadores largaram fugindo e foi quando soaram os tiros. O Casquinha apanhou o tiro aqui, o sangue caiu na terra, a gente conhece porque a erva ficou mais farta e mais verde, estão a ver? E veio a morrer ali mais além onde nasce outra vez mais erva. A gente nunca vai esquecer. Eles morreram na defesa da nossa vacada, na defesa da Reforma Agrária. E desde Setembro que vem esta luta e as vacas nem desta vez, na semana passada, foram parar às mãos dos agrários. Não que a gente saiba onde as vacas se meteram mas mesmo assim continuam nas mesmas.

É isto por toda a parte onde os trabalhadores constroem a Reforma Agrária. A determinação em defender o que é de todos, a certeza de que voltarão às terras, a tenacidade com que procuram que se não percam as searas e as terras não fiquem paradas.

Formas de luta contra o Governo de latifundiários, o Governo que pretende lançar sobre o povo, o desemprego, a fome, utilizando a brutalidade, a ilegalidade, a raiva de quem está do lado dos derrotados porque a força dos trabalhadores, a força do movimento popular, da resistência e da solidariedade impoem o respeito pela Constituição, pelas liberdades e a democracia.

Chocante golpe do Governo terá resposta nos dias 25, 26 e 27

— diz António Murteira, da DORA e do CC

A feroz repressão que rodeia a acção ilegal institucional do Governo de Sá Carneiro — de que é mais um exemplo a violência que feriu 14 trabalhadores e uma criança de 6 anos, na Vidigueira, quando da marcação de uma reserva na UCP 24 de Janeiro, na passada segunda-feira —, o comunicado provocatório lançado, nesse mesmo dia, pelo Governo anunciando medidas repressivas, o significado profundo desta ofensiva contra a Reforma Agrária são mais uma vez analisados por um dirigente do Partido Comunista. Em declarações ao "Avante!", António Murteira, membro do CC do PCP e da DORA, comenta:

O chocante comunicado ao país sobre a intenção do Governo Sá Carneiro de intensificar ainda mais a repressão e a política de terror no Alentejo para apressar a destruição da Reforma Agrária e reconstruir os antigos latifúndios, torna claro perante a opinião pública nacional e internacional o verdadeiro carácter e prática repressiva, institucional e antidemocrática deste Governo e deve alertar-nos seriamente para o grande perigo que a sua manutenção representa para as conquistas democráticas, as liberdades e o regime democrático que assim são subvertidos. Tal intenção repressiva põe também em claro a incapacidade do Governo para resolver os problemas do nosso povo e do nosso país, dentro do quadro constitucional e no respeito pelas transformações e pelas liberdades conquistadas pelo povo português e pelos militares patriotas.

O governo pretende descobrir o seu fracasso perante o crescente descontentamento popular, procura lançar as consequências e talvez as culpas da sua política de "mudança" sobre os trabalhadores e as suas organizações e especialmente sobre os corajosos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, obreiros da Reforma Agrária. Desde os crimes de Montemor, que a reacção vem montando uma grande provocação contra os trabalhadores e os comunistas. A ideia central desta provocação é procurar criar através de uma política de terror, à moda salazarista, um clima de instabilidade, de arbitrariedade, de violência, para depois concluírem hipocritamente que a luta dos trabalhadores faz existir um clima insurreccional e assim justificaram a anunciada mobilização de ainda maiores contingentes da GNR e agora também da PSP contra os trabalhadores. Procuram assim também justificar a aplicação progressiva de medidas excepcionais e repressivas no Alentejo com vista à destruição acelerada da Reforma Agrária e até das próprias liberdades.

Sá Carneiro e os seus ministros ameaçam com a Polícia Judiciária. Quase seria para ir pois era interessante poder provar-se nos Tribunais quem está fora da lei. E que a conclusão só podia ser uma: Sá Carneiro e o seu Governo permitem a corrupção, a ilegalidade, o abuso do poder. Estão a reconstruir o latifúndio, a destruir a produção, a provocar o desemprego e a fome. Tudo isto é institucional, legal, criminoso. Esquece o Governo que os trabalhadores têm em tribunal mais de 300 processos contra a política do seu Governo e dos seus antecessores? Esquece que se tem exigido e continua a exigir que o Governo informe a opinião pública sobre o resultado da autopsia dos trabalhadores assassinados em Montemor?

Então se o senhor Sá Carneiro tem dúvidas sobre

quem cumpre a Constituição ou não a cumpre, que tome medidas para acelerar o andamento dos 300 processos e mande publicar o resultado das autopsias; que ponha os órgãos de Comunicação Social à disposição dos trabalhadores e das suas organizações para que o país ouça a voz dos que lutam e seja o país a juzgar de que lado está a razão.

O Governo, esse sim, actua fora da lei. Manda espancar trabalhadores (Vidigueira, Aguiar, Arraiolos, etc.), manda interrogar, prender e levar trabalhadores a tribunal sem qualquer razão que não seja a da intimidação pidesca (Campo Maior, Arraiolos, etc.), manda elementos da GNR espancar, e insultar as mulheres (Casa Branca— Montemor—o-Novo), manda agentes do MAP acompanharem bandos armados de agrários protegidos por fortes contingentes da GNR, manda roubar terras e gado aos trabalhadores, destruir as cooperativas, entregar terra aos agrários absentistas, desrespeitando decisões tribunais, despachos legais e nem sequer cumpre os requisitos processuais da inconstitucional Lei Barreto. Isto é o Governo espanhinha tudo e todos e depois numa manobra golpista e intimidatória comunica ao país que vai intensificar a repressão no Alentejo para fazer cumprir as "leis" e a "ordem". Será que o governo vai actuar contra si próprio pois é ele que actua fora da lei? Não! É uma grosseira e perigosa provocação que excede o âmbito regional do Alentejo e que se não for desmascarada e derrotada, será mais um perigoso passo na escalada repressiva golpista e inconstitucional do actual Governo da auto-designada "AD".

O "mandato" que o Governo recebeu do "eleitorado" do Alentejo foi um mandato inequívoco para respeitar as UCPs/Coop., para acelerar a expropriação dos grandes latifúndios como manda a lei e a Constituição que a "AD" não cumpre nem respeita. O desespero e a inconstitucionalidade das medidas repressivas agora anunciadas deixa transparecer o medo que começa a reinar nas hostes de Sá Carneiro. Contudo, que fique claro que nenhuma intimidação, mentiras grosseiras poderão sustentar a luta dos comunistas lado a lado com os trabalhadores e democratas e designadamente ao lado dos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária a quem apoiamos e apoiamos até à total liquidação dos latifúndios e a vitória completa da Reforma Agrária.

A resposta ao Governo será dada nos dias 25, 26 e 27 em grandes Jornadas, propostas e aprovadas no III Congresso da Interindical. Por todo o país o povo trabalhador expressará mais uma vez o que pensa do Governo e da sua política de destruição da Reforma Agrária. Estamos certos de que o povo do Alentejo nesses dias, com serenidade e firmeza, estará em peso nas grandes jornadas, manifestando mais uma vez a sua inabalável, justa e legal decisão de defender a Reforma Agrária, de recuperar as terras ilegalmente roubadas às UCPs, e a sua determinação em continuar a luta até à revogação da Lei Barreto e a realização completa da Reforma Agrária.

O Governo Sá Carneiro/CDS, a direita, a "AD" já fracassaram. Serão derrotados pelo povo na luta do dia-a-dia, serão derrotados pelo povo que não pode consentir na sua manutenção como Governo no Portugal de Abril.

Reservas impedem progresso da produção agro-pecuária

— denunciam na UCP «Boa Esperança» — Lavre

Em Fevereiro de 1977, o agrário Alberto Manuel Maio Pinto Gouveia recebeu, por graça do MAP, 180 hectares (50 000 pontos) da Herdade Arneiros de Cima e Canas pertencente à UCP «Boa Esperança» do Lavre. A 21 de Fevereiro deste ano, o mesmo agrário recebeu, na mesma herdade, mais 117 hectares (41 078 pontos) a título de majorações, concedidas com base nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 28 da lei Barreto. Isto, quando a própria lei Barreto define que tais majorações não são acumuláveis, o que quer dizer que um agrário não pode receber majorações a título da alínea a) e ao mesmo tempo da alínea b) do n.º 1 do art.º 28. O que quer dizer que para o Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral nem já a lei da contra-Reforma Agrária chega. Este Governo pisa, pois, o risco da própria inconstitucionalidade que é a lei Barreto em si mesma.

Mais de 1 500 trabalhadores assistiram a este escandaloso roubo à UCP «Boa Esperança» do Lavre. Apesar de técnicos do MAP terem procurado trocar as voltas aos trabalhadores, estes estiveram presentes, arqueram a sua voz num veemente protesto que, nesse mesmo dia, ganhou as ruas de Montemor-o-Novo, onde pela tarde se realizou uma enorme manifestação em defesa da Reforma Agrária.

Esta guerra que hoje nos movem...

Uma semana antes, o «Avante!» estivera em terras da «Boa Esperança» do Lavre. O dia fora de mobilização para toda a aldeia. Os dirigentes da Cooperativa tinham ido para Évora contestar a reserva agora marcada, esta como as demais caracterizada pela ilegalidade, pela injustiça. Os restantes trabalhadores, num último caminho comum, tinham acompanhado o Francisco Henrique Ferreira, de 67 anos, reformado da cooperativa, onde estivera desde a ocupação de terras. Por isso campos e povoação ficaram vazios, quando o longo cortejo de trabalhadores foi rumo ao cemitério, o padre à frente, logo depois os velhos, e por fim o pessoal da cooperativa. O café local fechou as portas no momento da passagem, da multidão, num hábito velho que se perde no tempo, sem que dele pareçam saber a origem.

Consequimos, no entanto falar com Hérculano António Redondo, tesoureiro da cooperativa, e com José Luís Nunes, do Conselho Fiscal.

Já não é a primeira vez que andamos em alvorço por causa disto das reservas. Já lá vão uns bons hectares de terras que nos roubaram para dar a agrários. E as dificuldades que isso nos traz são muitas. Em 1977, levaram-nos 650 hectares, a maior parte de regadio, da Herdade Vale da Bica. Não levantámos problemas porque, caso raro, o agrário que recebeu a reserva era cultivador directo. Mas não estivemos de acordo com o modo como foi marcada a reserva: cheia de curvas e mais curvas para nos apanharem tudo o que era bom. Só ficámos com o chaparral. E depois meteram mais majorações, mais pontuação, o que já era mesmo ilegal. Se 650 hectares, quase todos de regadio, são o que precisa um só homem para viver, então como a Cooperativa tem 306 trabalhadores cooperantes entre agricultores, metalúrgicos e escritórios, precisaríamos de 198 900 hectares e teriam de ser de regadio... E só tínhamos 7 000 hectares, antes de virem as reservas que nos levaram mais de 800 hectares. Foram três nas herdades Vale da Bica, Chapelar da Ribeira e Santa Comba e Mate. E agora esta...

Quem assim fala é o Hérculano Redondo. Depois o José Luís Nunes mete-se a recordar:

— Os primeiros tempos foram difíceis mas comparados com esta guerra que hoje nos movem não era nada. Participámos na ocupação de terras, umas quinzentas pessoas porque os agrários deram em não pagar mesmo aos poucos que empregavam. As nossas primeiras preocupações foram fazer uma escala de serviço para os trabalhadores vigiarem as sete herdades e reunirmos o pessoal para arranjar-mos

um fundo para acudir aos mais necessitados: todos os que podiam, espertaram à Cooperativa para esta acudir aos que não tinham dinheiro para comer, enquanto os outros, mesmo sem receber nada, se iam aguentando. Também logo de princípio formámos uma comissão por cada herdade com um coordenador e um escrivão. E por escritura, em Arraiolos, legalizámos a Cooperativa. Mas logo no Verão de 1976, quando da tirada da cortiça, começaram as dificuldades maiores: apareceu para aí um sujeito da Casa Amorim a dizer que tinha comprado a cortiça das Várzeas em 1973. Nós considerámos isto uma burla, metemos o caso em Tribunal. O Centro Regional da Reforma Agrária sem se incomodar a esperar o parecer do Tribunal, mandou cá funcionários, mais a Guarda, levaram 7 ou 8 carros carregados de cortiça. Alguns rapazes da Cooperativa chegaram a ser espancados. Ficaram por tirar umas 20 mil arrobas e no Verão passado, quando um nosso rancho de homens veio para a cortiça, tiveram de se retirar porque o Centro mais a Guarda deixaram os Amornins levarem a cortiça que quiseram e do nosso trabalho nada recebemos. Como entretanto o MAP nos leva a cortiça e só nos dá a "esmola" de 35 por cento da receita, enquanto na cortiça e receitas dos agrários ninguém pode meter a mão, as coisas vão de mal a pior.

Nova reserva compromete trabalho e produção

Os trabalhadores da Cooperativa «Boa Esperança» do Lavre mudaram a face da terra que ocuparam de uma forma exemplar. Tendo como base uma forte democracia interna — raiz fundamental na força das UCP's/Coop. que faz

que cada trabalhador esteja informado, discuta colectivamente os assuntos da vida da Unidade, participe nas decisões das assembleias gerais que se realizam todas as segundas sextas-feiras do mês (a Ordem de Trabalhos é recebida por cada trabalhador dez dias antes da assembleia), os trabalhadores sacrificaram a melhoria de salários a investimentos necessários ao crescimento da «Boa Esperança». Assim, além do aumento verdadeiramente significativo de cabeças de

Trabalhadores da Cooperativa «Boa Esperança» do Lavre têm sido chamados ao posto da GNR, já à noite, por volta das 20 horas, o que é ilegal. Os trabalhadores têm comparecido mas sempre acompanhados pelo presidente da Câmara Municipal, ou pelo presidente da Junta de Freguesia, ou ainda por mais elementos responsáveis das autarquias locais.

gado, pôde proceder-se à aquisição de novas máquinas, à instalação de uma vacaria mecânica que tem mais de 70 vacas, à construção de um armazém para palhas e feno e de curraletos para porcos e leitões, à instalação da oficina da cooperativa e da carpintaria e ainda à introdução de novas culturas nomeadamente de tabaco, pimentão, arroz, cevadas, milho híbrido, pasto para gado, alpista, leguminosas e outras. Nos projectos próximos, a abertura de um talho para o qual andavam já a montar a câmara frigorífica. Nos projectos a médio prazo a instalação de uma creche e de um asilo para os velhos. E já estão feitos os alqueives esperando uma boa Campanha de Primavera, fundamentalmente centrada nas seguintes culturas de sequeiro: feijão frade, milho carraceno, grão; de regadio: arroz, tabaco, girassol, tomate, pimentão, milho híbrido para grão, milho híbrido para silagem, sorgo, feijão catarino e beterraba forrageira.

Isto o que se encontrava nos projectos dos trabalhadores da Cooperativa «Boa Esperança» do Lavre há três semanas. Isto o que fica terriblemente comprometido com a marcação da reserva que, na semana passada, fez deslocar a Montemor centenas de trabalhadores em protesto pelas ruas.



Trabalhadores da UCP "Boa Esperança" do Lavre: a terra roubada às UCPs não é terra conquistada pelos agrários!

Galileu contribuiu decisivamente para um melhor conhecimento do Mundo em que vivemos

No entanto muito há ainda por descobrir.

REVISTA INTERNACIONAL

A revista indispensável para se saber como vai o Mundo

Um mundo de informação, à venda todos os meses

Dimensão 6

Semana

5 Quarta-feira 1868 - Nasce a dirigente comunista alemã Rosa Luxemburgo.

A Itália é abalada por escândalos financeiros que envolvem governantes, banqueiros, magnatas da construção civil, futebolistas e o próprio aparelho do Partido no Poder a Democracia Cristã...

6 Quinta-feira 1957 - Independência do Ghaná.

Os estudantes muçulmanos que mantêm 49 americanos cativos na embaixada dos EUA em Teerã declaram estar prontos a entregá-los à custódia do Conselho Revolucionário...

7 Sexta-feira 1946 - É criada a República da Indonésia.

O presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), Sam Nujoma, envia uma mensagem de felicitações a Robert Mugabe onde afirma a sua convicção de que a independência do Zimbábwe é também um contributo para a libertação da Namíbia...

8 Sábado 1963 - Na Síria uma rebelião popular eleva ao Poder o Partido Baas Árabe Socialista.

O bispo Marcelo Carvalheira pede na cidade de Volta Redonda, perto do Rio de Janeiro, a substituição do actual regime político brasileiro, propondo um sistema político que permita uma maior participação das camadas pobres da população...

9 Domingo 1956 - O governo britânico obriga ao exílio nas ilhas Seychelles o dirigente nacionalista cipriota, arcebispo Makários.

Menahem Begin, o primeiro-ministro sionista, convida Yitzhak Shamir, um antigo terrorista e agente da polícia política "Mossad", para o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros...

10 Segunda-feira 1876 - Bell experimenta, com êxito, o seu invento: o telefone.

É anunciado em Salisbúria que Joshua Nkomo, presidente da ZAPU-Frente Patriótica, será o ministro do Interior do primeiro governo do Zimbábwe independente...

1970 - Um comunicado oficial divulgado em Bagdad assinala o fim das hostilidades entre curdos e o governo do Iraque, tendo sido reconhecida a autonomia desta zona montanhosa do norte do país.

A primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, apela a novas iniciativas internacionais para eliminar a fome no mundo...

Projeção internacional da vitória do Zimbábwe

Há alguns dias apenas, o Zimbábwe (Rodésia do Sul) era considerado um dos principais focos do racismo - um dos mais graves crimes do imperialismo contra a Humanidade...

que o imperialismo tentou persistentemente cindir.

Repercussões em todo o continente

Na mensagem de felicitações enviada pelo presidente da Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO), Sam Nujoma, a Robert Mugabe, pela decisiva vitória da ZANU, afirma-se a convicção de que a independência do Zimbábwe é também um contributo para a libertação da Namíbia...

Esta era a realidade há alguns dias. Hoje, face à esmagadora vitória da Frente Patriótica, novas perspectivas se abrem ao povo do Zimbábwe. E fica claro como água a quem cabia a responsabilidade da violência no país...



Testemunho de um passado que era realidade há apenas alguns dias - o cartão que determinava onde a população africana podia ou não entrar

os povos de cada país, uma nova situação que oferece mais possibilidades de atestar o perigo de um conflito armado, concentrar na construção pacífica esforços antes necessários à defesa...

zorewa e que causaram prejuízos incalculáveis - este o balanço apresentado pelo delegado de Moçambique ao Congresso da CGTP-IL, Jeremias Macuacua, das agressões da Rodésia de Smith contra a República Popular de Moçambique...

Grandes vitórias do movimento de libertação

Em 1939 o mundo colonial abarcava mais de um terço da população da terra. Em 1977, a população ainda sujeita ao domínio colonialista era cerca de 0,3% da população do globo...

responsável pelo extermínio de 3 milhões de pessoas. Seguiu-se o derube do repressivo regime monárquico do Xá pelo povo iraniano - vitória que abriu novas possibilidades para o povo iraniano...



Brzezinski, no Paquistão, aponta uma arma chinesa contra o Afeganistão. Um símbolo dos esforços que se conjugaram para tentar liquidar a revolução afgã

O Afeganistão e o negócio das armas

As acções das principais firmas de armamento aumentaram de 15 a 20 por cento desde o princípio deste ano. O aumento real anual de cinco por cento com despesas militares vai assim encher os cofres dos grandes monopólios ligados à indústria de guerra.

Estes são factos que normalmente não surgem à cabeça de notícias - devidamente trabalhadas - que tentam apontar para o «perigo soviético», nas suas várias expressões: desde a repulsa «desproporção» entre armamento da NATO e do Pacto de Varsóvia...

Política de «força» e eleições Um outro factor - pontual - é a realização próxima de eleições presidenciais nos EUA. Com Carter, como com todos os outros presidentes norte-americanos, as grandes promessas em matéria de política interna ficam por cumprir...

se afirma favorável à cooperação com a União Soviética e o Afeganistão, recusando simultaneamente o «auxílio» militar norte-americano. A intervenção faz parte do dia-a-dia da política norte-americana, em defesa das forças mais reacçãoárias...

A década não tinha chegado ao fim e já a rotura da aparente «convergência» das políticas externas da URSS e dos EUA se manifestava com flagrante nitidez. A parte americana violou a plataforma sobre o Médio Oriente e em vez da solução de conjunto

O mito da «ameaça soviética» não passa de cobertura propagandística para a concretização da política imperialista, ao serviço do complexo militar-industrial.

Actualmente o secretário-geral da NATO, Joseph Luns, citando num relatório dos EUA, assinala a «necessidade» dos membros da NATO «coordenarem os seus esforços políticos e militares para assegurarem um desenvolvimento militar rápido, onde seja necessário manter a estabilidade»...

De acordo com o decreto da nacionalização do sistema bancário, o Estado detém 51 por cento do capital. Nenhum particular poderá deter mais de 1 por cento do capital de um banco ou 2 por cento do total do sistema bancário.

Dois países, dois comportamentos EUA: ao sabor das eleições URSS: apego aos princípios

Há cinco anos, em Fevereiro de 1975, o 25.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética trouxe as directivas essenciais da política externa da URSS e avançou um programa de paz, cujas linhas essenciais já tinham sido traçadas no Congresso anterior.

Ainda no mesmo ano, 35 Estados, entre os quais a URSS e os EUA, assinaram em Heisinqia a Acta Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, um documento de importância impar que assegura aos povos o direito de viver em paz...

Em 1976, James Carter, candidato à presidência dos EUA, prometeu reduzir de cinco a sete mil milhões de dólares as despesas militares americanas. E em 1977, com Carter já na Casa Branca, os EUA e a URSS subscreveram uma plataforma sobre o Médio Oriente que afirmava a necessidade de resolver o problema daquela região tendo em conta os interesses de todos os seus povos...

A parte americana violou a plataforma sobre o Médio Oriente e em vez da solução de conjunto responsável pelo extermínio de 3 milhões de pessoas. Seguiu-se o derube do repressivo regime monárquico do Xá pelo povo iraniano...

Ameaças e diplomacia no Médio Oriente

A crise que lavra, desde a nasçença, na aliança entre os Estados Unidos, o Egipto e Israel; o falhanço tanto dos esforços dirigidos para a adesão ao acordo de Camp David de outros países árabes, mesmo os mais próximos do imperialismo...

NÃO é naturalmente indiferente o tipo de arma que o imperialismo usa na defesa dos seus interesses. Pelas suas consequências imediatas e porque, em grande medida, algumas formas de acção utilizadas pelo capital estão de facto à partida condicionadas pela luta dos povos...

A política dos EUA surge neste momento como que desligada deste tipo de iniciativas dos países da CEE. Ou porque se joga simultaneamente em diferentes campos, ou porque Washington, também dependente do capital sionista nos EUA, espera que a Europa capitalista abra primeiro caminho...

Em 1976, James Carter, candidato à presidência dos EUA, prometia reduzir entre cinco a sete milhões de dólares as despesas militares americanas...

James Carter, que hoje envia para as costas do Irão uma armada, prometeu garantir a redução da actividade militar americana no Oceano Índico. E poder-se-ia continuar a citar um sem fim de exemplos semelhantes.

O discurso de Leonid Brejnev, proferido perante os eleitores em 22 de Fevereiro, é revelador da posição de Moscovo. O dirigente soviético confirmou a invariabilidade da política da URSS no que respeita ao reforço da paz e da cooperação entre os povos...

O discurso de Leonid Brejnev, proferido perante os eleitores em 22 de Fevereiro, é revelador da posição de Moscovo. O dirigente soviético confirmou a invariabilidade da política da URSS no que respeita ao reforço da paz e da cooperação entre os povos...

Reforma agrária e nacionalização da banca em El Salvador

fascistas na sua dependência, como de parte das forças armadas ligadas à direita. A situação no país é ainda indefinida. A Junta tem um carácter heterogéneo, o próprio derube de Romero era preconizado pelos Estados Unidos...

formas, por evitar qualquer definição da situação de acordo com os interesses populares, pela sua afirmação a nível da ordem e a derrota do fascismo. A 25 de Fevereiro fracassou um golpe de Estado fascista. Agora era anunciada a possibilidade de outro, que passaria por um «lock-out» desencadeado por grupos economicamente poderosos.

Na fluidez deste quadro político as actuais medidas da Junta correspondem a uma real força da esquerda, constituem objectivamente golpes nos interesses do capital, nos interesses do imperialismo norte-americano - apesar dos esforços e da capacidade de intervenção deste na cena política de El Salvador.



A crise do capitalismo em Portugal

A política económica do governo PPD/CDS não resolve antes agrava males anteriores

A crise do capitalismo em Portugal

«A política económica vai mudar!» -- gritaram os partidos da direita e o seu Governo durante a recente interpelação na Assembleia da República, como já o haviam feito durante o debate do programa do Governo.

A essa declaração têm mesmo juntado críticas à política económica seguida nos últimos três anos, a qual, no entanto, foi aprovada e apoiada por eles próprios! Trata-se de pura demagogia e puro eleitoralismo. As medidas económicas do Governo Carneiro/ Amaral comprovam isso mesmo, ou seja, a continuidade e até o agravamento da política antipopular e antinacional de recuperação capitalista.



Os trabalhadores não se deixam enganar. Não aceitam uma "austeridade" destinada a fazer-lhes, e só a eles, pagar a crise, em benefício dos lucros dos capitalistas

Table with economic data for Portugal from 1973 to 1979. Sections include POPULAÇÃO E DESEMPREGO, PREÇOS E SALÁRIOS, PRODUÇÃO, and CONTAS EXTERNAS.

1. Antes e depois do 25 de Abril

O 25 de Abril, interrompendo e paralisando a dinâmica especulativa do capitalismo monopolista português, veio sustar o desmoronamento que se avizinhava para a economia nacional.

A enorme dependência da economia portuguesa, no princípio da década de setenta, em relação à economia do mundo capitalista determinava, só por si, que Portugal sofresse o impacto da crise geral do capitalismo. Assim, e por exemplo, o aumento do índice de preços do consumidor em Lisboa passou de 6,4% em 1970 para 12,9% em 1973 e atingiu 10,2% só no 1.º trimestre de 1974.

trabalhadoras e a de congelamento de preços dos bens e serviços essenciais permitiram aumentar o consumo privado e manter a procura interna. A política monetária adaptou-se às necessidades de financiamento da economia, tendo em vista contrariar a recessão económica alimentada pelo boicote económico e pela crise capitalista.



Desde a primeira hora, e ao longo dos anos, os trabalhadores têm-se levantado firmemente contra o boicote económico, mantendo em actividade empresas abandonadas pelo patronato e recuperando económica e financeiramente empresas falidas

2. A política do FMI

A política financeira, a partir de 1976/77, passou a ser utilizada para travar a actividade económica e para reduzir o nível de vida das classes trabalhadoras e das classes e camadas médias

A partir de 1976 e, mais claramente, a partir de 1977, a política financeira passou a ser determinada pela política «deflacionista» do Fundo Monetário Internacional, cuja ingerência na vida portuguesa foi aumentando progressivamente de intensidade.

3. A dependência perante o imperialismo

Em 1978/9, e apesar do aumento da produtividade, os salários reais continuaram a baixar, aumentou o desemprego, agravaram-se as desigualdades na distribuição do rendimento.

Em 1978 e 1979 registaram-se reduções nos défices da transacções correntes, prevenindo-se para 1980 um saldo positivo. Mas estes resultados das contas externas decorrem da evolução favorável de factores externos (receitas de turismo e remessas de emigrantes) por um lado, e de uma acentuada política contraccionista na produção e no investimento nacionais.



O povo trabalhador manifesta-se nas ruas contra a política de direita, dirigida contra os interesses populares e no sentido da recuperação capitalista

4. Demagogia e eleitoralismo da direita

O reconhecimento público da falência da política aplicada, nomeadamente, nos últimos três anos, por parte das forças políticas reformistas e de direita não passa, porém, de demagogia eleitoralista, só por si caracterizadora daquela política como essencialmente antipopular.

declarações de falência daquela política feitas pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral no debate do seu programa com a política que tal Governo tem vindo a levar à prática: congelamento de salários, intensificação da exploração dos trabalhadores, aumentos de preços, continuação da desvalorização do escudo (apesar da medida de mero «impacto psicológico» de revalorização pontual do escudo que, devido à manutenção da desvalorização mensal, será anulada em 8 meses), degradação da situação económica e financeira das empresas nacionalizadas e das PME's, ataques brutais à Reforma Agrária, etc. Isto é, precisamente a mesma política que demagogicamente a direita afirmava ter falhado.